



INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS
BACHARELADO EM FILOSOFIA

LEONARDO GOMES DA FONSECA

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE RAZÃO E BARBÁRIE:
INVESTIGAÇÕES SOBRE A *DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO*

Goiânia
2023



LEONARDO GOMES DA FONSECA

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE RAZÃO E BARBÁRIE:
INVESTIGAÇÕES SOBRE A *DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientadora: Ma. Mariana Andrade Santos

Goiânia
2023



FOLHA DE APROVAÇÃO

Data: 8 de dezembro de 2023

Hora: 8h

Local: Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás

Acadêmico: Leonardo Gomes da Fonseca

Título: Entrelaçamentos entre razão e barbárie: investigações sobre a *Dialética do Esclarecimento*

Profa. Ma. Mariana Andrade Santos
IFITEG
(Orientadora)

Prof. Me. Denis Borges Diniz
IFITEG

Prof. Me. João Lourenço Borges Neto
IFITEG

Dedico o presente trabalho, em primeiro lugar, ao Sumo Bem, meu Criador e Redentor, à Divina Bondade que de maneira singela conduz minha vida. Também dedico a todas as pessoas que possibilitaram de maneira direta e indireta a composição dessa pesquisa: à minha família, aos meus confrades, a todos os professores e minha orientadora. Cada um destes contribuíra para que este caminho fosse cumprido. Por fim, dedico a todas as pessoas que se desafiam em busca de um pensamento crítico em favor da dignidade e da emancipação do ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus Pai, por desde o início de minha existência estar junto de mim me inspirando e conduzindo nos caminhos da paz e do bem me dando força física e mental para cumprir à passos lentos esta pesquisa. À Virgem Nossa Senhora do Carmo, que de modo materno sempre me ouviu. Aos santos Francisco e Clara de Assis pela intercessão, inspiração e força de sempre. Agradeço à minha família, nas pessoas de meus pais, Sebastião Reinarce da Fonseca e Maria Aparecida Gomes de Lima, meus incentivadores e apoiadores. Agradeço à Província do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil e à Ordem dos Frades Menores por terem acolhido minha escolha e me iniciado no caminho da vida franciscana por meio de um itinerário humano e espiritual. Por fim, agradeço ao Arlito Farlen, meu companheiro e amigo de turma nestes três anos de Filosofia. E por fim à minha orientadora Mariana Andrade Santos pela calma subsequente às intempéries deste processo, pela disponibilidade e fraternidade e também aos demais professores que contribuíram em minha formação acadêmica, de modo especial, aos meus leitores: os professores João Lourenço Borges Neto e Denis Borges Diniz.

*“Eu sempre sonho que uma coisa gera,
nunca nada está morto. O que não
parece vivo, aduba.
O que parece estático, espera.”*

Adélia Prado

RESUMO

Theodor Adorno e Max Horkheimer são importantes filósofos alemães contemporâneos, destacados por serem integrantes da Escola de Frankfurt. Essa escola de pensamento surgiu a partir do interesse comum de alguns pensadores em elaborarem novas críticas e diagnósticos do período em que viveram, período este marcado por regimes políticos totalitários. No período em que estavam exilados da perseguição nazista nos Estados Unidos, Adorno e Horkheimer escrevem em conjunto a obra *Dialética do Esclarecimento*, com publicação final em 1947. A partir do aporte teórico trazido pelos comentadores, o presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de esclarecimento elaborado pelos autores e investigar a tese principal defendida na obra de que há uma relação dialética entre esclarecimento e mito. Para tal, propomos a investigação do seu primeiro capítulo intitulado *O conceito de Esclarecimento*. A estrutura desta pesquisa se dá em três capítulos. O primeiro propõe situar o contexto histórico e os conceitos de teoria crítica e razão instrumental que fundamentam o pensamento filosófico dos autores. O segundo tem como cerne o entrelaçamento dialético entre razão e barbárie, que se apresenta como a questão central da nossa pesquisa. O terceiro concentra-se em explicar a relação entre o esclarecimento e a dominação da natureza. Almejamos, com a presente pesquisa, investigar o esforço teórico dos filósofos para compreenderem o modo como a racionalidade esclarecida, no lugar de alcançar a emancipação humana, conduziu a humanidade civilizada a novas formas de barbárie.

Palavras-chave: Esclarecimento; Mito; Dominação; Razão; Natureza; Adorno; Horkheimer.

RESUMEN

Theodor Adorno y Max Horkheimer son importantes filósofos alemanes contemporáneos, destacados por ser miembros de la Escuela de Frankfurt. Esta escuela de pensamiento surgió del interés común de algunos pensadores por desarrollar nuevas críticas y diagnósticos del período en que vivieron, un período marcado por regímenes políticos totalitarios. Durante el período en el que estuvieron exiliados por la persecución nazi en Estados Unidos, Adorno y Horkheimer escribieron conjuntamente la obra *Dialéctica de la Ilustración*, con publicación final en 1947. A partir de la contribución teórica aportada por los comentaristas. El presente trabajo tiene como objetivo analizar el concepto de ilustración elaborado por los autores e investigar la principal tesis defendida en la obra de que existe una relación dialéctica entre ilustración y mito. Para ello proponemos la investigación de su primer capítulo titulado *El concepto de Ilustración*. La estructura de esta investigación se divide en tres capítulos; El primero propone situar el contexto histórico y los conceptos de teoría crítica y razón instrumental que fundamentan el pensamiento filosófico de los autores. El segundo tiene en su núcleo el entrelazamiento dialéctico entre razón y barbarie, que se presenta como la cuestión central de nuestra investigación. El tercero se centra en explicar la relación entre ilustración y dominación de la naturaleza. Anhelamos con esta investigación indagar en el esfuerzo teórico de los filósofos por comprender la forma en que la racionalidad ilustrada, en lugar de lograr la emancipación humana, condujo a la humanidad civilizada a nuevas formas de barbarie.

Palabras clave: Aclaración; Mito; Dominación; Razón; Naturaleza; Adorno; Horkheimer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: entre tempos e pressupostos.....	15
1.1 A OBRA E SEU TEMPO: CONTEXTOS.....	15
1.2 OS PRESSUPOSTOS:TEORIA CRÍTICA E RAZÃO INSTRUMENTAL.....	21
1.3 A OBRA E NOSSO TEMPO: ATUALIDADES.....	28
2 O JOGO DIALÉTICO ENTRE MITO E ESCLARECIMENTO.....	33
2.1 AS FACES DO TERMO AUFKLÄRUNG.....	33
2.2 O DESENCANTAMENTO DO MUNDO.....	37
2.3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, ULISSES E A MÍMESIS.....	42
3 DOMINAÇÃO DA NATUREZA: a irrefreável regressão do progresso.....	52
3.1 O SABER TÉCNICO-CIENTÍFICO E O PODER.....	52
3.2 A OBJETIFICAÇÃO DA NATUREZA E A DOMINAÇÃO.....	57
3.3 A COISIFICAÇÃO DO PENSAMENTO E O CORPO.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

Theodor Adorno e Max Horkheimer são importantes filósofos alemães contemporâneos, destacados por um pensamento crítico da sociedade em que viveram. A partir das leituras e dos estudos feitos das obras de Karl Marx, desenvolveram diversas pesquisas, juntamente com outros estudiosos dos diversos campos das ciências humanas e sociais. Esse grupo de estudiosos ficaram conhecidos como os pensadores da chamada “Escola de Frankfurt”. O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de esclarecimento e seus desdobramentos na obra *Dialética do Esclarecimento*, escrita pelos filósofos no período da Segunda Guerra Mundial, enquanto ambos estavam exilados nos Estados Unidos devido a perseguição nazista na Alemanha.

Na concepção de Adorno e Horkheimer, a racionalidade não desenvolveu os meios necessários para alcançar uma verdadeira emancipação humana, ideal manifesto do projeto do esclarecimento. Nesse sentido, para os filósofos, o desenvolvimento da razão humana, ao longo da história da humanidade, se perdeu em um estado de autodestruição do próprio propósito do esclarecimento. As reflexões da obra são de suma relevância, pois explicitam como o avanço do progresso técnico, e as conquistas dos conhecimentos filosóficos e científicos, podem contribuir para uma irrefreável regressão da condição da vida humana.

Adorno e Horkheimer apontam como um dos principais objetivos de suas pesquisas, desenvolvidas ao longo da obra, investigar este estado autodestruidor que a racionalidade adquiriu, desde os primeiros momentos em que o homem se empenha em separar-se da natureza, estabelecendo uma cisão entre corpo e terra, entre sujeito e objeto. Os filósofos frankfurtianos assumem a postura crítica de que, se dentro da reflexão daquilo que se entende por esclarecimento, não são levados em conta os elementos de destruição e de aniquilação da razão, é falha e incompleta toda reflexão feita.

No primeiro capítulo trataremos do contexto histórico de produção da obra e abordaremos alguns conceitos que julgamos de suma relevância para a sua compreensão, uma vez que estão contidos de forma implícita na reflexão filosófica proposta. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida para nossa investigação a perspectiva de que o contexto histórico e os conceitos de teoria crítica e razão instrumental são pressupostos teóricos fundamentais para a leitura da obra. O que se pretende, de início, é fazer um

apanhado histórico para situar-nos bem no período do qual estamos abordando, bem como os fundamentos históricos e teóricos que contribuíram para as tecituras das diversas teorias dos frankfurtianos que, de algum modo, influenciaram na concepção e elaboração da *Dialética do Esclarecimento*, tornando-a a obra de maior relevância desses pensadores do século XX.

No período em que nossos filósofos viveram e produziram suas reflexões, a Alemanha passava por diversas e severas transformações políticas. Devido a este cenário político não muito animador, a esquerda alemã se encontrava perdida a respeito de seu posicionamento e de suas possibilidades de atuação política. Na intenção de elaborar novas possibilidades teóricas de compreensão dos fenômenos políticos, um grupo de estudiosos resolve se debruçar em leituras, análises e pesquisas das obras de Karl Marx, a fim de aventar outras percepções interpretativas acerca do marxismo, e aqui, um marxismo acadêmico propriamente dito. Dessa maneira, poderiam alcançar novas formas de pensar o contexto histórico e político de então, e encontrar saídas para uma outra perspectiva de futuro.

Em 1923, o Instituto de Pesquisa Social, futura “Escola de Frankfurt”, é fundado justamente para atender a esse propósito. Um de seus objetivos é, a partir das leituras de alguns pensadores como Marx, Freud, Nietzsche, Hegel e Kant entre outros, elaborar novas formas de pesquisa para uma análise crítica e válida dos problemas da realidade na qual estão vivendo, marcada por regimes totalitários. No período em que viveram, era importante que entendessem o movimento do capitalismo, e para isso a obra de Marx foi fundamental. Esses pensadores, apesar de fazerem parte do mesmo grupo de pesquisa que na origem se prestou a mesma intenção, possuem uma produção muito diversa e, até mesmo, divergente entre si. É um erro pensarmos que esses filósofos foram associados à mesma escola de pensamento porque produziram um pensamento unitário e homogêneo.

Podemos ver que, entre os regimes totalitários que fizeram parte do século em que os autores viveram, foi o nazismo na Alemanha sob a liderança de Adolf Hitler, que gerou mais impacto na escrita crítica dos frankfurtianos, sobretudo Adorno e Horkheimer com a *Dialética do Esclarecimento*. O nazismo, com seus traços de movimento de extrema direita, instaurou perseguições a diversos grupos da sociedade e aos autores do Instituto de Pesquisa Social, fazendo com que eles se refugiassem em diversos lugares. Adorno e Horkheimer vão para os Estados Unidos, onde em conjunto elaboram a obra estudada nesta pesquisa.

É elaborando um pensamento crítico e analítico desse período totalitário que a *Dialética do Esclarecimento* ganha seu papel fundamental: levantar as dúvidas necessárias para compreender o caráter regressivo da humanidade. Almejamos, com este trabalho de pesquisa, comentar as questões que Adorno e Horkheimer irão levantar para compreendermos o que realmente leva o homem a um caráter regressivo, quando o que deveria acontecer era o despontar de um caráter emancipatório. Eles irão explorar juntos a própria ideia de indivíduo, pois é nela que esses conceitos, que serão abordados ao longo da pesquisa monográfica, são cristalizados. E é também, no indivíduo racional, que podemos encontrar os meios que conduzem o homem à autodestruição de sua razão e ao seu próprio fim.

O primeiro capítulo da obra *Dialética do Esclarecimento* já abrange umas das questões de maior significado para Adorno e Horkheimer: o próprio conceito de esclarecimento. Os filósofos utilizam no original, em alemão, a palavra *Aufklärung*, e entendemos que a palavra esclarecimento, em português, cabe perfeitamente naquilo que eles compreendem ser a significação para esse conceito, a saber, o processo geral de perda do encanto e do pavor diante da natureza desconhecida. As outras opções possíveis de tradução em nossa língua, entre as quais Iluminismo ou ilustração, não fornecem a amplitude conceitual necessária presente no uso filosófico que os autores fazem do vocábulo *Aufklärung*. Iluminismo e/ou ilustração nos remetem claramente a um momento histórico muito específico, que foi a época da Filosofia das Luzes no século XVIII.

Falaremos no primeiro capítulo sobre a Teoria Crítica, que é um conceito fundamental para a “Escola de Frankfurt”. Devido a atenção que Adorno e Horkheimer dão ao cenário histórico que presenciaram, é elaborado um diagnóstico do seu tempo presente, tendo como reflexo a Primeira Guerra Mundial e, depois, sobretudo nos anos 30 e 40, a Segunda Guerra Mundial, a ascensão do nazismo e as sucessivas crises econômicas. Quem formulou o conceito foi Max Horkheimer em seu texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Nele, é evidenciado que as teorias e reflexões filosóficas devem ser críticas e transformadoras das diversas realidades sociais. O autor acredita que produz Teoria Crítica todo aquele que desenvolve sua reflexão a partir de uma orientação para condições históricas e sociais do pensamento, algo que o autor identifica no pensamento de Marx. Essa perspectiva teórica tem por objetivo dar um diagnóstico da realidade, orientar as pessoas para a emancipação e instigar nelas uma atitude crítica de não conformidade às estruturas sociais e políticas. Isso não coloca a Teoria Crítica como um movimento que não

pode se separar daquilo que Marx elaborou, pois a cada momento que ela é colocada em prática produzirá diagnósticos, interpretações e teorias diferentes.

Em seguida desenvolveremos outro conceito importante que é o da razão instrumental, desenvolvido também por Max Horkheimer em sua obra *Eclipse da Razão*. Na razão instrumental, não importa o conteúdo das ideias e dos princípios que possam ser considerados racionais, mas a forma como essas ideias e princípios podem ser utilizados para a obtenção de um fim qualquer. Queremos mostrar que o germe da regressão se encontra na razão instrumental a partir do momento que ela se autonomiza em relação aos indivíduos, de modo mais específico, no período industrial da modernidade. Porém, os autores evidenciarão que ela é parte constituinte da racionalidade desde os primórdios do desenvolvimento da civilização ocidental. A razão instrumental, visando somente o interesse no avanço do progresso técnico e científico, se entrega a procedimentos cada vez mais desumanos perdendo sua potência emancipadora. Por fim, ao final deste primeiro capítulo, teremos um desenvolvimento sobre as principais características da obra, sua estrutura e como ainda ressoa na atualidade.

No segundo capítulo abordaremos a relação dialética que há entre mito e esclarecimento. É a partir das leituras feitas da *Odisseia* de Homero e da cisão do homem com a natureza, bem como a constituição do sujeito, que os filósofos irão fundamentar a relação epistemológica sujeito-objeto que se solidificou com o passar do tempo. Será apontado que a relação mimética que o homem possuía diante da natureza mudou à medida que o esclarecimento se desenvolveu, sobretudo a partir do período moderno, com o conhecimento técnico-científico. O motor que impulsionou toda essa relação se traduz em um conceito que os autores denominam de desencantamento do mundo.

O homem, na substituição do encanto e do medo que tem em relação à natureza desconhecida e ao seu caráter mítico, por uma racionalização intensa e falsamente em nome do progresso, assume uma postura de avanço cego, especialmente com relação aos desenvolvimentos técnicos da ciência. Essa relação entre razão e barbárie vai ser constantemente indicada e explorada ao longo da obra de Adorno e Horkheimer, e é justamente esse processo de substituição do sentimento de espanto em relação à natureza, por formas de dominação da mesma, inclusive do próprio homem, que eles entenderão como esclarecimento.

Segundo Adorno e Horkheimer, em um sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem seguido no foco de libertar os homens do medo, e

colocá-los na posição de senhores e donos da natureza. Essa ideia de um esclarecimento que atinge de modo efetivo toda a humanidade, aparece sob o signo daquilo que Adorno e Horkheimer vão chamar de “calamidade triunfal”, os regimes totalitários que os autores estavam presenciando naquele momento histórico. Os efeitos do esclarecimento ficam mais evidente na medida em que, nesse caminho, o desejo de dominação do esclarecimento se volta contra uma área interna da psique humana, o domínio da natureza interna também será o objetivo perseguido pela civilização. Essas questões serão investigadas a partir da análise da constituição da noção de sujeito e sua relação com a mimesis ao longo do segundo capítulo.

No terceiro capítulo explanaremos a respeito da questão da dominação da natureza. Há uma relação paradoxal e dialética abordada pelos autores na pesquisa realizada na obra. O impulso de dominação da natureza sempre foi parte constituinte da espécie humana, porém, quando levado a seu extremo pela racionalidade instrumental trouxe duas grandes consequências: a objetificação da natureza e a coisificação do pensamento. A questão da dominação desenfreada da natureza é de suma relevância na medida em que as suas consequências desastrosas refletem não somente os problemas do avanço técnico-científico, mas também evidenciam que a racionalidade esclarecida constituiu uma civilização autodestrutiva. Por conter em si o germe da regressão, se a razão esclarecida não pensa e critica a si mesmo para identificar suas falhas, sempre cairá em totalitarismos e novas formas de barbárie.

Na ciência, o homem é soberano, pois conhece as técnicas de domínio da natureza. O saber do homem, e o poder que possui a partir desse conhecimento, são duas ações que se consolidam com o desenvolvimento técnico-científico. Porém, há um preço a se pagar por isso, e este preço é a separação epistemológica entre sujeito e objeto e a própria constituição deste sujeito apartado da natureza. A dominação da natureza conduz o homem a separar-se dela de forma radical, fazendo com que a humanidade se torne alienada de algo que a constitui e do qual ela mesma faz parte.

Esse poder que o homem adquire sobre a natureza não possui limites e, para nossos autores, isso se refletiu também nos campos de batalha e nos campos de concentração. Neste processo, o pensamento instrumentalizado se torna semelhante às coisas. O conceito de destaque, e que será desenvolvido no terceiro capítulo, é precisamente o da coisificação. Essa transformação do pensamento em coisa, em instrumento de poder e dominação, faz com que o homem olhe para si mesmo e para seu semelhante como um

objeto a ser dominado. Abordaremos, também, a questão da dominação e da coisificação do corpo no interior dessa investigação sobre a dominação da natureza.

Desse modo, dominação da natureza, passando pela posse das coisas, torna-se também posse dos homens. A razão esclarecida dá ao poder a característica de ser o princípio de todas as relações. A investigação filosófica elaborada por Adorno e Horkheimer mostra-nos que, ao tornar a natureza um mero objeto a ser dominado, a própria razão também se torna coisificada e conduz à dissolução dos atributos do próprio pensamento. O esclarecimento adquire para si um caráter totalitário, pois não tem abertura à pluralidade, ao diferente, ao outro. Ele vai ser o modo do homem conhecer nas ciências, mas os autores enxergam a gênese desse processo no próprio pensamento mitológico.

Assim, investigando os conceitos fundamentais da obra de Adorno e Horkheimer, pretendemos entender o próprio conceito de esclarecimento, fruto do processo de desencantamento do mundo que, por conseguinte, leva à dominação irrefreável da natureza. Almejamos compreender como a razão esclarecida se autonomiza em relação ao indivíduo e, tornada instrumento de dominação, promove novas formas de barbárie. Nesse sentido, todo o esforço da pesquisa vai no sentido de explorar a relação dialética entre mito e esclarecimento exposta por Adorno e Horkheimer: uma tentativa de desvendar os entrelaçamentos entre razão e barbárie.

1 DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: ENTRE TEMPOS E PRESSUPOSTOS

“Pensamentos valem e vivem pela observação exata ou nova,
pela reflexão aguda ou profunda;
não menos querem a originalidade, a simplicidade e a graça do dizer.”
Machado de Assis

1.1 A OBRA E SEU TEMPO: CONTEXTOS

Quando entramos no campo da filosofia contemporânea, de modo mais específico naquela produzida no século XX, podemos pensar em obras que já se tornaram clássicas, que se destacaram devido a relevância da criticidade que carregam, e pela permanência que tiveram no pensamento ocidental. Entre essas, certamente, destaca-se a *Dialética do Esclarecimento* de Theodor Adorno e Max Horkheimer.¹ A obra teve uma primeira publicação em 1944, circulando apenas entre intelectuais e amigos próximos dos autores, de forma mimeografada e com o título de *Fragmentos filosóficos*. Sua redação foi finalizada e publicada em 1947, nos Estados Unidos, durante o exílio de Adorno e Horkheimer nesse país.² Pode-se afirmar, seguramente, que essa obra é uma das produções mais relevantes e emblemáticas do pensamento filosófico elaborado no interior do Instituto de Pesquisa Social, que mais tarde passaria a ser conhecido pela alcunha “Escola de Frankfurt”:

[...] é preciso enfatizar que a etiqueta “Escola de Frankfurt” surgirá apenas na década de 1950, após o retorno do Instituto à Alemanha. Trata-se, portanto, de uma denominação retrospectiva, quer dizer, que não tinha sido utilizada até então e com a qual se reconstruiu em um determinado sentido a experiência anterior. Essa característica do rótulo “Escola de Frankfurt” tem muitas implicações. Em primeiro lugar, significa que o sentido da expressão “Escola de Frankfurt” será em grande parte moldado por alguns dos pensadores ligados à experiência da Teoria Crítica,

¹ Max Horkheimer nasceu em 1895 na cidade alemã Stuttgart e Theodor Adorno, oito anos depois, em 1903 em Frankfurt, ambos de origem familiar judaica e abastada. Horkheimer obteve seu doutorado em filosofia em 1922 e Adorno em 1924, ambos sob a orientação do renomado filósofo neokantiano Hans Cornelius na Universidade de Frankfurt, o primeiro com uma tese sobre Kant e o segundo sobre Husserl. Os dois participam da fundação do Instituto de Pesquisa Social em 1923. Horkheimer foi diretor do Instituto de Pesquisa Social de 1930 a 1950, entre 1951 e 1953 ocupou o cargo de reitor da Universidade de Frankfurt, e Adorno assumiu a direção do Instituto a partir de 1958. Adorno morre em 1969, com 65 anos, e Horkheimer aos 78 anos em 1973.

² Apesar de ter sido escrita durante o exílio dos filósofos, em solo estadunidense, a obra foi redigida na língua materna dos seus autores, tendo como título original *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente* (ADORNO; HORKHEIMER, 2000). Nota-se, então, que o primeiro título provisório se tornou o subtítulo da obra na sua versão definitiva. A primeira tradução para o português da obra foi publicada no Brasil em 1985.

em particular aqueles que retornaram à Alemanha após o final da Segunda Guerra Mundial, já que muitos permaneceram nos países em que encontraram abrigo da perseguição nazista. Além disso, terão mais influência na moldagem do rótulo “Escola de Frankfurt” aqueles intelectuais que tiveram posições de direção no pós-guerra, tanto no Instituto como na Universidade. Nesse sentido, Horkheimer é a figura central desse movimento, já que não apenas permanece na direção do Instituto em sua reinauguração em Frankfurt como torna-se reitor da Universidade. A seu lado, como íntimo colaborador, está Theodor W. Adorno, que o sucedeu na direção do Instituto em 1958 (NOBRE, 2008, p. 18-19).³

A obra *Dialética do Esclarecimento*, de fato, reúne discussões e temas partilhados por um grupo de intelectuais que estavam ligados entre si pela vinculação, direta ou indireta, ao Instituto de Pesquisa Social.⁴ Segundo as análises de Duarte⁵ (2002), a reunião desse grupo de intelectuais em torno de discussões comuns fora motivada pelo cenário pouco animador e pela ausência de perspectivas políticas com a qual a esquerda alemã se defrontava no período de 1920. Em 1919, o Partido Social Democrata da Alemanha assumiu o poder, a esquerda alemã viu-se, então, encurralada diante de duas alternativas: apoiar o governo de centro-esquerda ou, para fazer força de oposição à social-democracia, evidenciando “seu governo como uma estratégia das potências mais industrializadas para manter o país no atraso e na humilhação que a I Guerra Mundial havia imposto” (DUARTE, 2002, p. 10), aliar-se ao Partido Comunista Alemão. Os intelectuais de esquerda reunidos pelo Instituto se juntaram em torno do objetivo comum de criar uma terceira alternativa: se debruçar, de maneira incisiva, sobre uma nova análise teórica do marxismo, para ampliar e almejar novos rumos para a política vigente até então e, dessa maneira, desenvolver novas visões e perspectivas para o futuro (cf. DUARTE, 2002, p. 10).

A gênese da fundação do Instituto de Pesquisa Social remonta ao ano de 1922, quando Felix Weil, intelectual judeu argentino radicado na Alemanha, organizou a “Primeira Semana Marxista de Trabalho”, na Universidade Tübingen em Ilmenau, na qual intelectuais da esquerda, interessados em investigar de maneira mais expansiva o marxismo, se reuniram para abrir novos horizontes de pesquisa e reflexão. Foi Weil que, com seus

³ Marcos Nobre é um dos maiores especialistas em Teoria Crítica do nosso país. Atualmente é professor livre-docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), atuando principalmente nas áreas de Teoria Crítica e Pensamento Ético-político. O trecho citado é de sua obra intitulada *A Teoria Crítica*.

⁴ Além de Max Horkheimer e Theodor Adorno, esse grupo de intelectuais ligados, direta ou indiretamente, ao Instituto de Pesquisa Social reuniu diversos nomes, entre os quais, cabe mencionar Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Friedrich Pollock, Erich Fromm, Siegfried Kracauer e Ernst Bloch. Esses pensadores ficaram conhecidos como membros da “primeira geração” da Escola de Frankfurt.

⁵ Rodrigo Duarte é um dos maiores especialistas no pensamento adorniano do nosso país. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando principalmente nas áreas de Estética e Filosofia Social. Os trechos citados são de sua obra intitulada *Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento*.

recursos financeiros, patrocinou todos os meios necessários para que em 1923, em parceria com alguns intelectuais da esquerda, pudessem criar o “Instituto para o Marxismo”, depois com o nome definitivo de “Instituto de Pesquisa Social” [*Institut für Sozialforschung*], ligado à Universidade de Frankfurt, dedicado a tratar assuntos ainda tabus no ambiente universitário.

Pode-se considerar que os principais autores que tiveram influência para o pensamento do Instituto de Pesquisa Social foram Immanuel Kant, Georg W. F. Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Porém, a influência mais decisiva foi Karl Marx, pois o Instituto começa justamente com o intuito de promover uma reflexão renovada à luz de suas obras. Em 1924, o Instituto inicia suas pesquisas, nas quais o que impera é um marxismo acadêmico. Neste período, o marxismo era uma espécie de corrente filosófica vigente entre os intelectuais de esquerda e que, servindo de ponto de partida, se abria a reflexões diversas e múltiplas. Como o período em que os pensadores do Instituto iniciaram suas pesquisas fora marcado por uma incontornável exigência de compreender e problematizar o capitalismo, a obra de Marx, sobretudo *O capital*, exerce um papel fundamental, servindo como base para os autores em suas pesquisas críticas da realidade. Assim, “[...] o objetivo principal do Instituto era o de promover, em âmbito universitário, investigações científicas a partir das obras de Karl Marx” (NOBRE, 2008, p. 13).

Uma das questões geradora de confusão, quando lemos ou ouvimos o nome “Escola de Frankfurt”, é a tendência à suposição de que todos os integrantes do Instituto de Pesquisa Social partilhavam exatamente o mesmo horizonte de pesquisa e compreensão crítica da realidade. Nobre problematiza essa questão de forma precisa. A “Escola de Frankfurt” ganha essa denominação de maneira fixa a partir da década de 50. De fato, foi uma das grandes revoluções surgidas no início dos anos 20, e que reverbera até hoje com sua história, produções acadêmicas com viés crítico e movimentação no âmbito político.⁶ O caráter dialógico com as demais ciências humanas fez dela uma escola de pensamento filosófico muitas vezes divergente e que se empenhou para que cada um de seus componentes fossem capazes de elaborar pensamentos originais e que levassem a um

⁶ Depois do retorno do Instituto de Pesquisa Social à Universidade de Frankfurt, a partir de 1951, formou-se uma “segunda geração”, entre os quais se destacam os filósofos Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel. Posteriormente deu-se o surgimento de uma nova geração de teóricos, Axel Honneth, expoente da assim chamada “terceira geração”, exerce o cargo de diretor do Instituto desde 2001. Recentemente, no início da segunda década do século XXI, ocorreu um movimento de renovação da teoria crítica e uma “quarta geração” emergiu representada por Rainer Forst. O Instituto de Pesquisa Social completa, em 2023, 100 anos de existência e continua ativo.

embate crítico com as estruturas massificantes e totalitárias da sociedade. Sigamos, então, o itinerário sugerido por Nobre e investiguemos como o contexto político totalitário da Alemanha do período influenciou a redação da *Dialética do Esclarecimento* e como a experiência histórica com o nazismo conecta o pensamento produzido por teóricos tão diversos reunidos sob a denominação “Escola de Frankfurt”.

Em 1931, Max Horkheimer, assume a diretoria do Instituto de Pesquisa Social, propondo reflexões à luz da sociologia, psicologia e do marxismo.⁷ Foram tempos de turbulência, considerando o fato de que em 1933, Adolf Hitler chega ao poder na Alemanha com a tirania nazista. Dentre os muitos episódios de barbárie que marcaram a história da civilização humana, o nazismo tem como característica ter sido uma das mais abomináveis ideologias de extrema-direita do século XX. Surgindo na Alemanha após alguns anos do fim da Primeira Guerra Mundial, alguns de seus traços eram ações claramente antissemitas, desconsideração por uma democracia liberal, nacionalismo extremado, exaltação da guerra, e o genocídio causado a diversos grupos da sociedade, de maneira mais alarmante, contra os judeus. Em média, seis milhões de judeus foram exterminados nos campos de concentração, que eram lugares dedicados ao trabalho escravo, experimentos científicos em humanos e assassinato dos mesmos.

Esse período foi marcado por uma aversão a tudo aquilo que era considerado moderno, principalmente às diversas manifestações artísticas como a música, cinema, teatro, literatura, pinturas, dentre outras. Muitos dos pensadores do Instituto de Pesquisa Social acabam se exilando em razão da perseguição nazista pois, com as próprias vidas e pesquisas ameaçadas, se torna impossível permanecer em seu país e desenvolver uma efetiva produção acadêmica.⁸ É assim, longe de sua terra natal e afundados em um sentimento de pessimismo, que Adorno e Horkheimer levam adiante suas produções, entre elas a *Dialética do Esclarecimento* que

[...] surgiu a partir de uma antiga idéia de Horkheimer de escrever um livro sobre as vicissitudes e possibilidades da dialética – no sentido hegeliano do termo – na contemporaneidade (se a obra escrita a quatro mãos com Adorno se distanciou

⁷ Após um período inicial sob a direção de Carl Grünberg, de sua fundação em 1923 até 1928, o Instituto de Pesquisa Social adquire as suas características distintivas, fincadas na análise crítica da sociedade, quando Max Horkheimer assume sua direção em 1931.

⁸ Horkheimer assume o cargo de professor de filosofia na Universidade de Frankfurt em 1930 e Adorno em 1931. Apenas alguns anos depois, em meados dos anos 30, a ascensão de Hitler e do nazismo na Alemanha obriga-os a viverem um longo exílio nos Estados Unidos, só retornam à Alemanha no começo da década de 50, quando assumem novamente seus cargos na Universidade de Frankfurt e o Instituto de Pesquisa Social volta a sua sede original.

muito desse plano inicial, isso talvez possa ser explicado pelo contexto de turbulência histórica à época da redação, aliado aos seus reflexos sobre os espíritos de ambos os filósofos) (DUARTE, 2002, p. 13).

Ainda em 1933 o Instituto de Pesquisa Social é invadido e fechado, sendo um dos primeiros alvos da Gestapo, a polícia política do Estado Nazista. Horkheimer já previa a ameaça pela qual a organização passaria, por isso já havia um escritório em Genebra, e mais tarde, em Paris e Londres, para servir de sede para os pesquisadores. A convite da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, Horkheimer emigra para os Estados Unidos da América em 1934, seguido de outros pesquisadores, entre eles, outro filósofo de grande relevância para as pesquisas do Instituto, que é Theodor Adorno. Este, a convite de Horkheimer, chega em 1937 aos EUA, para desenvolver um projeto de pesquisa em rádio. Neste período de 1941 a 1944, uma personagem importante para a formulação da *Dialética do Esclarecimento* é Gretel Karplus, posteriormente Gretel Adorno, ao casar-se com Theodor Adorno, uma química e intelectual alemã, também associada ao Instituto de Pesquisa Social. É Gretel Adorno quem anota os resultados das discussões entre Adorno e Horkheimer e é ela quem formula a primeira versão da obra em 1944.⁹

Um outro autor fundamental para as pesquisas da Escola de Frankfurt, bem como para a fundamentação da *Dialética do Esclarecimento*, foi Walter Benjamin, que também era associado ao Instituto de Pesquisa Social como colaborador. Especialmente um manuscrito contendo uma série de teses chamado *Sobre o conceito de história* que chegam até Adorno, por meio de Hannah Arendt, em 1941. Após sua libertação do campo de trabalho forçado e sua fuga da França, que já havia sido dominada pelos nazistas, Benjamin se vê numa encruzilhada com a polícia alemã e comete suicídio em 1940. É nesse contexto, durante sua malograda rota de fuga para escapar do regime nazista, que Benjamin escreve aquele que seria seu último texto. Nesse texto, Benjamin tenta entender o que impossibilitou a luta contra aquilo que marcaria para sempre a memória histórica da humanidade: a Segunda Guerra Mundial e o nazismo. O impacto da morte de Benjamin e o conteúdo crítico explosivo do seu testamento espiritual e intelectual, tem grande influência na concepção da *Dialética do Esclarecimento*. Em uma carta escrita em 12 de junho de 1941, o próprio Adorno expõe essa relevância:

⁹ No prefácio escrito em 1969, a participação de Gretel Adorno na elaboração da obra é reconhecida por meio de um singelo agradecimento dos autores: “No desenvolvimento de nossa teoria e nas experiências comuns que se seguiram, tivemos a ajuda, no mais belo sentido, de Gretel Adorno, como já ocorrera por ocasião da primeira redação” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 10).

Em carta a Horkheimer, Adorno declara a importância do trabalho de Walter Benjamin, “Teses sobre o conceito de história”: “Nenhuma outra obra de Benjamin o revela tão próximo de nossas próprias intenções. É o caso, principalmente, de sua concepção da história como catástrofe permanente, sua crítica do progresso e da dominação da natureza, e sua atitude em face da civilização” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 340).

Assim, a *Dialética do Esclarecimento* certamente foi escrita com a presença de muito mais mãos do que apenas as quatro mãos de seus autores. O conceito de razão instrumental e de Teoria Crítica formulados por Horkheimer, as pesquisas sobre cultura de massa de Adorno, as reflexões sobre o conceito de história elaboradas por Walter Benjamin e as análises sobre a cultura de Herbert Marcuse, são elementos fundamentais para a composição da *Dialética do Esclarecimento*, fazendo dela um exemplo da atuação conjunta de um grupo de filósofos que ousaram usar o pensamento como uma arma de resistência aos tempos sombrios:

O termo Escola de Frankfurt ou uma concepção de uma “teoria crítica” sugerem uma unidade temática e um consenso epistemológico teórico e político que raras vezes existiu entre os representantes da Escola. O que caracteriza a sua atuação conjunta é sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica [...] ou seja, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada (FREITAG, 1986, p. 33-34).¹⁰

1.2 OS PRESSUPOSTOS: TEORIA CRÍTICA E RAZÃO INSTRUMENTAL

A Teoria Crítica surge como um dos conceitos mais caros e basilares para toda a Escola de Frankfurt e tem como seu grande representante e desenvolvedor Max Horkheimer. Foi ele quem problematizou o termo, ao mesmo tempo que trouxe para o Instituto de Pesquisa Social um novo programa de pesquisa conhecido como “materialismo interdisciplinar”. Como bem aponta Freitag (1986, p. 37): “Praticar teoria e filosofia é para Horkheimer algo inseparável da ideia de nortear a reflexão com base em juízos existenciais comprometidos com a liberdade e a autonomia do homem”.

É evidente que não faltaram críticas à sociedade moderna no seu modelo de imperar na busca de seus ideais conservadores. Por outro lado, ter um posicionamento progressista

¹⁰ Barbara Freitag, socióloga teuto-brasileira, foi responsável por difundir no Brasil o pensamento da Escola de Frankfurt, em especial o de Jurgen Habermas. Atualmente é professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e possui uma expressiva produção bibliográfica em torno de temas relacionados ao pensamento frankfurtiano. O trecho citado é de sua obra intitulada *Teoria Crítica ontem e hoje*.

perante esse contexto também não significa pertencer a Teoria Crítica, pois ela se presta a interpretações que diferem das noções conhecidas até então de teoria tradicional ou social. Nesse sentido, não se pode entender Teoria Crítica como uma simples análise a todo modelo de sociedade capitalista moderna, pois não é este o sentido dado originalmente pelo autor.

O conceito de Teoria Crítica aparece, pela primeira vez, no texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Quando escreve esse seu pequeno texto em 1937, Horkheimer afirma “ser uma homenagem aos sessenta anos de publicação do primeiro volume de *O capital*, de Marx, e propunha a necessidade de toda teoria social ser eminentemente crítica e transformadora da realidade” (DUARTE, 2002, p. 17).

Mesmo sendo o primeiro a elaborar o conceito de Teoria Crítica, o autor não considera que tenha sido o primeiro a problematizá-la. Karl Marx em suas atividades de crítica à economia política já havia feito isso, de maneira mais específica em sua obra *O capital*. É a partir das análises de Marx que Horkheimer pretende extrair as bases para a Teoria Crítica: “Nos escritos de Horkheimer da década de 1930, o campo da Teoria Crítica tem como critério de demarcação fundamental o seguinte: produz Teoria Crítica todo aquele que desenvolve seu trabalho teórico a partir da obra de Marx” (NOBRE, 2008, p. 22). Isso certamente não significava uma fidelidade cega ao pensamento de Marx pois, dessa forma, seria impossível uma análise minuciosa da sociedade do seu próprio tempo.

O procedimento crítico de análise da sociedade teorizado por Horkheimer:

[...] consiste em extrair orientações fundamentais da teoria crítica formuladas por Marx e, ao mesmo tempo, adequá-las ao seu momento histórico, a uma experiência histórica marcada pelos fenômenos do fascismo, do stalinismo, dos entre – guerras, das modificações estruturais do capitalismo, da transformação da cultura burguesa liberal, do proletariado, da luta de classes etc (REPA, 2008a, p. 10).

A Teoria Crítica, portanto, tem por objetivo dar um diagnóstico do tempo presente, orientar para a emancipação e fomentar um comportamento crítico em relação à realidade. A obra de Marx serve como seu fundamento na medida em que tomar a história como solo fundamental para a experiência intelectual é, para esse conjunto de teóricos do Instituto de Pesquisa Social, uma postura teórica característica do pensamento marxiano. Essa será a marca distintiva e a exigência incontornável do pensamento elaborado pela Teoria Crítica. Esse aspecto fundamental do procedimento crítico é expresso claramente no segundo prefácio, escrito pelos autores em 1969, da *Dialética do Esclarecimento*: “Não nos agarramos sem modificações a tudo o que está dito no livro. Isso seria incompatível com

uma teoria que atribui à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo de imutável” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 9).

Além dessa defesa enfática do caráter histórico do conhecimento filosófico, uma outra característica basilar da Teoria Crítica elaborada por Horkheimer foi o chamado “materialismo interdisciplinar”. A intenção de Horkheimer era, de certo modo, propor uma investigação da realidade que tivesse como horizonte a compreensão crítica das situações sociais características do seu período histórico. Para tal, era necessária uma análise crítica da produção do conhecimento científico e filosófico, da economia capitalista de seu tempo e dos acontecimentos históricos, como os regimes totalitários emergentes. Essa tarefa exigia um esforço conjunto de todo o campo das chamadas “ciências do espírito”, por isso era preciso conectar a reflexão filosófica às situações históricas e aos fatos sociais, era preciso forçar a filosofia a sair do seu cômodo isolamento e distanciamento com relação à realidade concreta e da sua presunçosa posição de superioridade com relação às ciências humanas. Esse posicionamento fora expresso não só por Horkheimer, ao definir as bases do programa de pesquisa do Instituto de Pesquisa Social, como também compartilhado e defendido por Adorno:

A filosofia só poderá conseguir plenitude material e concreção dos problemas a partir do estado contemporâneo das ciências particulares. Por sua vez a filosofia não poderia elevar-se acima das ciências particulares para tomar delas os resultados como algo pronto e meditar sobre eles a uma distância mais segura. Os problemas filosóficos se encontram continuamente, e, em certo sentido, indissolúvelmente encerrados nas questões mais definidas das ciências particulares (ADORNO, 2005, p. 6).¹¹

As ciências humanas têm o papel fundamental de se relacionar com os problemas da realidade e estar envolvidos com ela em uma atitude reflexiva e empírica. Para que a reflexão filosófica fosse verdadeiramente capaz de contribuir para um diagnóstico crítico da realidade, esta precisaria estar em contato e em diálogo profundo com as diversas ciências humanas e empíricas. Com seus colegas filósofos, sociólogos, economistas, historiadores e psicólogos os teóricos frankfurtianos desejam realizar um trabalho conjunto no campo da pesquisa das ciências humanas, estudando e analisando conceitos e teorias, não enquanto entes abstratos e universais, mas como produtos do meio social e da realidade histórica concreta. No seu famoso texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, Horkheimer afirma:

¹¹ Trata-se de um trecho do discurso inaugural de Adorno como professor assistente de filosofia na Universidade de Frankfurt, proferido em 8 de maio de 1931, publicado com o título *A atualidade da filosofia*.

Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais (HORKHEIMER, 1980, p. 121).

Para uma compreensão da Teoria Crítica de modo mais acurado, é preciso ter em vista a relação distintiva que o próprio Horkheimer faz em seu texto: explicá-la mostrando sua oposição com a teoria tradicional, que é o modelo das ciências naturais, uma vez que “a representação tradicional de teoria é abstraída do funcionamento da ciência” (HORKHEIMER, 1980, p. 123). As ciências naturais produzem explicações racionais para os fenômenos naturais, baseando-se em cálculos e/ ou leis de maneira hipotética. É nos laboratórios que estas hipóteses serão testadas e passarão pelo crivo da contradição. Se entre as hipóteses e as experiências houver oposição, a teoria deve ser mais uma vez analisada, revisada e reformulada. Esse modelo tradicional do método científico surge, de maneira mais sistematizada, com Descartes:

Na interpretação de Horkheimer, a teoria tradicional, que se estende do pensamento filosófico de Descartes à filosofia e ciência modernas, se preocupa em formar sentenças que definem conceitos universais. Para tal procede dedutiva ou indutivamente e defende o princípio da identidade, condenando a contradição (FREITAG, 1986, p. 38).

O grande problema apontado por Horkheimer é que as ciências humanas estavam seguindo este modelo dedutivo e indutivo, comum das ciências naturais. Esse é o grande alvo da crítica do filósofo. O cientista natural coloca-se na posição de, como se fosse, um observador imparcial que apenas descreve e tenta explicar matematicamente os fenômenos naturais. Dessa maneira, o cientista se aparta do seu objeto de estudo, isto é, supostamente ele não participa ou interfere no seu próprio campo de pesquisa. Já nas ciências humanas, o cientista está intrinsecamente unido ao objeto analisado e deve reconhecer, de antemão, que participa e atua na sociedade que estuda. As ciências humanas, diferente do ideal tradicional das ciências naturais, não podem se colocar em uma atitude de pretensa imparcialidade ou neutralidade com relação ao meio social.

As ciências do homem e da sociedade têm procurado seguir o modelo das bem sucedidas ciências naturais. [...] São os métodos de formulação exata, especialmente métodos matemáticos [...] Não é o significado da teoria em geral que é questionado aqui, mas a teoria esboçada “de cima para baixo” por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular. [...] Na medida em que o conceito da teoria é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose, ou possuindo uma fundamentação

ahistórica, ele se transforma em uma categoria coisificada e, por isso, ideológica. [...] O cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso. Eles têm apenas que se enquadrar ao seu “conceito”, ou seja, fazer teoria no sentido descrito acima (HORKHEIMER, 1980, p. 119-123).

A crítica de Horkheimer, portanto, é contundente contra a construção de um conhecimento, moldado pelos parâmetros das ciências naturais, transformado “num saber independente, ‘supra-social’ e desligado” (HORKHEIMER, 1980, p. 122) da sua realidade social e histórica. Pela potência crítica do pensamento expresso nesse texto, Horkheimer se tornou o grande estruturador do conceito da Teoria Crítica. Este modo de ler e analisar a realidade social, juntamente com o materialismo interdisciplinar, fez parte da estrutura organizacional da Escola de Frankfurt, e foi ferramenta fundamental para a elaboração da *Dialética do Esclarecimento*.

Esta obra, como veremos adiante, coloca em questão até mesmo a possibilidade de haver uma saída possível para a emancipação do indivíduo, devido às estruturas sociais cada vez mais enrijecidas, principalmente devido ao avanço do capitalismo e dos regimes totalitários: “Na visão de Horkheimer, a vida econômica e a vida psíquica condicionam-se reciprocamente, e só nessa relação é possível penetrar mecanismos de repressão e entrever potenciais de emancipação” (REPA, 2008a, p. 14). Se essa saída não existe, então ela precisa ser inventada pela potência do pensamento crítico. Isto porque:

Se o pensamento não se limita a registrar e classificar as categorias da forma mais neutra possível, isto é, não se restringe às categorias indispensáveis à práxis da vida nas formas dadas, surge imediatamente uma resistência. [...] O conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social, faz com que o pensamento abandone a sua própria essência (HORKHEIMER, 1980, p. 147; 154).

Assim, mesmo diante de um cenário histórico pessimista e desolador, os nossos autores elaboram um pensamento alicerçado na seguinte ideia: “A filosofia que pretende se acomodar em si mesma, repousando numa verdade qualquer, nada tem a ver, por conseguinte, com a teoria crítica” (HORKHEIMER, 1980, p. 161).

Outro conceito fundamental de Horkheimer, e que vai ser fundamental para a tecitura da *Dialética do Esclarecimento*, é o conceito de “razão instrumental”, que foi articulado na obra *Eclipse da Razão*, de 1947, o mesmo ano da publicação final da obra escrita conjuntamente com Adorno. Segundo nos informa Damião (2013, p. 103), “na versão alemã dessa obra [...] o título foi modificado do original em inglês para *Crítica da razão*

instrumental, conceito que se tornou referência para o reconhecimento da Teoria Crítica que compõe o corpo teórico da conhecida Escola de Frankfurt”.¹² O processo de instrumentalização da razão é descrito por Horkheimer nos seguintes termos. Podemos compreender por “razão instrumental”, então, o uso da racionalidade na eleição dos meios, que irão ser empregados para se atingir os fins desejados, visando sempre a conservação dos indivíduos. Na “razão instrumental” não é de grande valia o conteúdo das ideias e dos princípios que são, ou podem ser considerados positivos, mas a forma como essas ideias e princípios podem ser utilizados para a obtenção de um fim, seja ele qual for. Dessa maneira, quais são os critérios que vamos empregar ao longo do processo para conseguirmos os fins que queremos? Ou de quais formas essas ideias e princípios podem ser utilizados para obtermos um fim? Como bem caracteriza Wiggershaus, o conceito de razão instrumental elaborado por Horkheimer aponta para “a autodestruição da razão e a dominação do mito da racionalidade dos fins” (WIGGERSHAUS, 2002, p. 378). Nesse sentido:

Quanto mais as ideias tornam-se automáticas, instrumentalizadas, menos se vê nelas pensamentos com um sentido próprio. Elas são consideradas coisas, máquinas. A linguagem foi reduzida a apenas outra ferramenta no gigantesco aparato de produção na sociedade moderna. [...] O sentido é suplantado pela função ou efeito no mundo das coisas e dos eventos (HORKHEIMER, 2015, p. 30).

A racionalidade instrumental possui um vínculo muito particular com os processos de trabalho. Com a razão temos um meio para obtermos um fim, assim como o trabalho e a técnica, são ferramentas que utilizamos para modificação da natureza. Desde sua origem, o homem tem a racionalidade instrumental constituinte de seu ser, e o trabalho é um método de se apossar da natureza. Isso indica uma possível relação de controle entre os homens, do próprio indivíduo e de sua natureza subjetiva com seus instintos e desejos. Para essa dominação e essa autocorreção, é necessária a “racionalidade instrumental”.

Da mesma forma como toda a vida tende hoje, cada vez mais, a ser sujeitada à racionalização e à planificação, também a vida de cada indivíduo, incluindo seus impulsos mais ocultos, que constituíam antes seu domínio privado, deve agora levar em conta as demandas da racionalização e da planificação: a autopreservação do

¹² Essa obra reúne cinco conferências proferidas por Horkheimer na Universidade Columbia, de Nova Iorque, em 1944, e foi publicada originalmente em inglês com o título *Eclipse of Reason*. A versão alemã da obra com o título modificado foi publicada apenas em 1968.

indivíduo pressupõe seu ajustamento à exigências de preservação do sistema (HORKHEIMER, 2015, p. 109).

É justamente nas sociedades industriais da modernidade que a “racionalidade instrumental” ganha uma predominância em relação aos indivíduos. É nesse contexto que Horkheimer faz a contundente afirmação de que “abrindo mão de sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento” (HORKHEIMER, 2015, p. 29). Somente o que é útil e eficaz ganha um valor de racional e isso gera uma desumanização da própria racionalidade:

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte do pensamento e da atividade do homem, sua autonomia como um indivíduo, sua capacidade de resistir ao crescente aparato de manipulação de massa, seu poder de imaginação, seu juízo independente são aparentemente reduzidos. O avanço nos meios técnicos de esclarecimento é acompanhado por um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o próprio objetivo que ele supostamente deveria realizar – a ideia de homem. Como entendida e praticada na nossa civilização, a progressiva racionalização tende, em minha opinião, a obliterar justamente aquela substância da razão em nome da qual esse progresso é defendido (HORKHEIMER, 2015, p. 8).

Como sabemos a denominação conceitual “razão instrumental” ganhou muito mais visibilidade do que a designação metafórica de “eclipse da razão”. A primeira fora amplamente difundida enquanto a segunda caiu quase que em um completo esquecimento. Porém, como nos alerta Damião:

Eclipse da razão é uma metáfora bastante pertinente neste caso (e mais feliz do que a de “razão instrumental”, conceito que às vezes é apropriado de maneira acrítica, como o de indústria cultural – acriticamente por tratar-se de uma admissão e não de uma crítica), pois no eclipse os astros não sucumbem, apenas apagam sua luz momentaneamente. Crise da razão também não significa o sobrepujamento da razão pela desrazão ou pelo irracionalismo [...] a teoria crítica pretendeu alargar o sentido de razão e não negá-lo, e o faz negativamente, isto é, na crítica a um tipo de razão que se supôs vencedora em diferentes manifestações, reveladas em uma aliança trágica entre ciência e política, particularmente no fenômeno dos totalitarismos, vivenciados pelos teóricos (DAMIÃO, 2013, p. 113-114).

1.3 A OBRA E NOSSO TEMPO: ATUALIDADES

Para adentrarmos em um estudo da *Dialética do Esclarecimento* é imprescindível entendermos, primeiramente, a forma em que a obra foi organizada pelos autores e o caminho percorrido para a estruturação da obra. No capítulo inicial do livro, intitulado *O conceito de esclarecimento*, Horkheimer e Adorno “exploram essa ideia, assinalando que a

mitologia mais remota de nossa civilização já contém certo elemento ‘esclarecedor’” (DUARTE, 2002, p. 8). Ao longo deste primeiro capítulo, eles procuram evidenciar, numa perspectiva histórica, o caráter dialético que há entre mito e esclarecimento, e de como esses dois conceitos se relacionam, mostrando que “pretensões expressas apenas na modernidade já se encontravam em concepções religiosas e míticas muito antigas” (CAMPOS, 2021, p. 295). Esse primeiro capítulo da obra será o foco de nossa investigação nesse trabalho.

Em seguida, a obra se desenvolve através de dois excursos: *Ulisses ou Mito e esclarecimento* e, depois, *Juliette ou Esclarecimento e moral*. Os próprios autores explicam essa estrutura da obra no seu prefácio. Apesar de todo um desenvolvimento à parte dedicado à figura mítica de Ulisses no primeiro excurso da obra, no primeiro capítulo já temos o seu aparecimento, uma vez que “o episódio de Ulisses e as sereias é abordado na *Dialética do Esclarecimento*, para ilustrar as relações de autopreservação e auto sacrifício como constitutivas do indivíduo e de seu ego” (REPA, 2008b, p. 21). Esse aparecimento será alvo da nossa investigação no nosso segundo capítulo.

Depois desses excursos, a obra segue com uma quarta parte chamada *Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. Segundo os autores “o segmento sobre a ‘indústria cultural’ mostra a regressão do esclarecimento à ideologia, que encontra no cinema e no rádio sua expressão mais influente. O esclarecimento consiste aí, sobretudo, no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 15). É justamente nesse capítulo da *Dialética do Esclarecimento* que aparece, pela primeira vez, esse conceito que se tornou fundamental para outras ciências humanas como a sociologia, antropologia e demais ciências sociais na nossa atualidade:

Aqui os autores denunciam que a despeito de sua postura aparentemente democrática e liberal, a cultura massificada realiza impiedosamente os ditames de um sistema de dominação econômica que necessita, entretanto, de uma concordância – pelo menos tácita – das pessoas para a legitimação da existência (DUARTE, 2002, p. 9).

Por fim, temos a última parte do livro que é chamada *Os elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento*. Segundo Adorno e Horkheimer, esse capítulo “trata do retorno efetivo da civilização esclarecida à barbárie. [...] Seu ‘irracionalismo’ é derivado da essência da própria razão dominante e do mundo correspondente a sua

imagem” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 15). Nesse capítulo, mais uma vez, a obra confirma seu rigor filosófico atrelado à atualidade temática, abordando neste ponto, a questão do racismo:

Embora os autores se concentrem na discussão do fenômeno que estava na ordem do dia nos anos 1940, o antissemitismo nazista, eles o investigam de um modo tal que o importante passa a ser a compleição psíquica daquele que discrimina e persegue, sua estrutura de caráter (DUARTE, 2002, p. 9).

Com o passar dos anos, os assuntos tidos como foco da obra foram sendo interpretados e reinterpretados, à luz de outros tempos históricos, de diferentes maneiras. É notório que os grandes problemas ou questões conceituais dos tempos contemporâneos podem ainda dialogar com os assuntos da *Dialética do Esclarecimento*. Porém, são necessárias algumas estratégias de apropriação da obra para colocá-la em diálogo com os tempos atuais. Ainda hoje, seus efeitos reverberam sobre nós e isso deve ser levado mais em conta do que sua estrutura, coerência interna, ou fundamentações filosóficas.

Ora, apontar para uma pretensa falta de atualidade do livro *hoje* não é uma tarefa difícil. Várias das especificidades que marcam o presente não encontram eco (nem poderiam) no texto de 1947. O fascismo, *como tal*, é um fenômeno histórico; o antissemitismo, hoje, tem que ser necessariamente discutido em alguma espécie de mediação com a questão palestina – em outras palavras, não que o antissemitismo tenha desaparecido, mas ele agora deve ser visto no campo de força da política do Oriente Médio; as comunicações e a indústria cultural não podem ser dissociadas do contexto geral de digitalização e superexposição do mundo; o freudismo dos autores implora para ser comparado com o lacanismo de agora e o confronto sistemático e enfático da Teoria Crítica com o universo dos pós ainda pode ser mais explorado (DURÃO, 2009, p. 14).

Por si mesma, a obra trata “de uma elaboração teórica que inclui um gesto, e este gesto de criticar a razão em nome da própria razão é o gesto por excelência do esclarecimento” (DURÃO, 2009, p. 16). Criticar as estruturas do próprio conceito de teoria e de esclarecimento também já estava contido na *Dialética do Esclarecimento*. Afinal de contas, “só é digno de ser chamado de esclarecido justamente este impulso para o questionamento de si” (DURÃO, 2009, p. 16).

O próprio esclarecimento tem de dizer quais são os elementos que influenciam em sua destruição, e isso é fundamental para a estruturação mais justa e humana de uma sociedade. “Adorno e Horkheimer querem mostrar que o processo que dita o caminho de nossa história atual significa o fim daquilo a que chamaram esclarecimento” (SORIA, 2008,

p. 34). O que se percebe de fato, é que ao longo da história esses elementos regressivos que deveriam vir à tona, foram levados ao obscurecimento.

No primeiro capítulo da obra, Adorno e Horkheimer abordam o conceito de esclarecimento, elucidando que já nos mitos haviam certos elementos esclarecedores, e que de alguma forma, o homem já tentava organizar o mundo em que vivia com aquilo que tinha em mãos, mesmo sendo meios ligados às crenças e aos cultos. Os autores fundamentam suas críticas no fato de que ao invés de sairmos desse caráter supersticioso, voltamos às mitologias: “Isso se deve ao fato de que o esclarecimento ainda se reconhece a si mesmo nos próprios mitos” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 19).

Tendo colocado esses pontos em evidência, percebe-se que muito dos problemas encontrados na *Dialética do Esclarecimento* ainda estão vivos em nosso tempo. Hoje, os instrumentos da tecnologia, seja todo o aparato bélico para a guerra ou os aparelhos digitais que criam realidades virtuais, demonstram a atualidade dos problemas abordados na obra, tão presentes até hoje. Algumas afirmações presentes na obra carregam uma força de atualidade assustadora: “A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranoia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 13).

Inegavelmente a *Dialética do Esclarecimento* é uma obra que apresenta discussões que ressoam fortemente na atualidade. Tais discussões abordam temas como “a devastação da natureza pelo homem, a opressão das mulheres, o racismo e a estultificação das pessoas pelos meios de comunicação massiva” (DUARTE, 2002, p. 7). Tomar a natureza como mero objeto e sem qualidades, conduz à dissolução dos atributos do próprio pensamento. A dominação da natureza¹³ conduz o homem a separar-se dela de forma radical, e dá ao poder a característica de ser o princípio de todas as relações. O tema da dominação da natureza, e toda sua força de atualidade, será objeto central do nosso terceiro capítulo.

O medo da natureza, ou o espanto diante daquilo que é absolutamente desconhecido, levou o homem ao longo dos tempos a dominar as forças do meio em que vivia, utilizando do conhecimento da natureza para tal ação. O homem, no decurso de sua

¹³ O conceito de dominação da natureza está estritamente ligado ao conceito de razão instrumental e será abordado mais à frente, de modo mais detalhado no terceiro capítulo.

civilização, aprende de maneira desenfreada a controlar a natureza para seu próprio privilégio, porém, o que se observa é que em um movimento contrário, é uma regressão a uma forma cruel de barbárie e destruição: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18). A obra consegue trazer consigo um rigor metodológico muito peculiar, que é próprio dos autores e, ao mesmo tempo, estabelece um diálogo efetivo com a atualidade:

Não há nenhum episódio marcante da vida moderna que não seja uma exemplificação das teses principais da *Dialética do Esclarecimento*, das duas guerras mundiais (com suas consequências, como os regimes totalitários) à guerra fria, da queda do muro de Berlim aos atentados terroristas nos Estados Unidos, em setembro de 2001. Essa é uma das razões pelas quais, após mais de cinquenta anos de sua publicação – e para além de sua profundidade propriamente filosófica –, a *Dialética do Esclarecimento* pode ser considerada um poderoso instrumento para a compreensão de importantes fenômenos da atualidade, por mais desconcertantes que eles possam parecer à primeira vista (DUARTE, 2002, p. 10).

Podemos dizer, nesse sentido, que a *Dialética do Esclarecimento* pode nos servir como um farol capaz de iluminar, para nós, um caminho. Com ela, olha-se o presente à luz do passado e com ela também, nos preparamos para novos diagnósticos futuros da realidade:

Seu interesse reside em sua capacidade dupla de por um lado iluminar o presente e, de outro, servir de mediação para outras zonas de sentido da *Dialética do Esclarecimento*, um livro que tanto surpreende por sua inscrição em seu tempo e ressonância para o presente (DURÃO, 2009, p. 19).

2 O JOGO DIALÉTICO ENTRE MITO E ESCLARECIMENTO

*“Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível;
nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção
mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último,
no fim do homem e do mundo, há mistérios e eu creio neles.”*
Lima Barreto

2.1 AS FACES DO TERMO *AUFKLÄRUNG*

O primeiro capítulo da obra *Dialética do Esclarecimento* já abrange umas das questões teóricas de maior significado para os autores Theodor Adorno e Max Horkheimer: o próprio conceito de esclarecimento. Os filósofos utilizam no original, em alemão, a palavra *Aufklärung* e, para começar nossa tarefa de compreendermos a significação e o uso que os nossos autores fazem desse conceito, é importante termos em vista a própria palavra e sua tradução para a nossa língua. Apesar de termos apenas uma tradução em português da obra (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), e essa edição já ter consagrado a sua tradução como “esclarecimento”, não é incomum vermos essa palavra traduzida também como “Iluminismo” ou “Ilustração”. Certamente essas são, igualmente, opções possíveis de tradução de *Aufklärung* em nossa língua, por isso o tradutor Guido de Almeida¹⁴ escreve que Segundo a argumentação de Almeida, as outras opções possíveis de tradução em nossa língua, não fornecem a amplitude conceitual necessária presente no uso filosófico que os autores fazem do vocábulo *Aufklärung*. Iluminismo e/ou Ilustração, nos remetem claramente a um momento histórico muito específico, que foi a época da Filosofia das Luzes no século XVIII. Nesse sentido, Almeida defende que o termo Iluminismo não ficaria bem colocado, segundo as intenções dos autores da obra, por estar se referindo a um momento específico da história.

Tendo em vista que a obra se abre a diversas reflexões, sobretudo do período histórico que for lida e estudada, sempre se abrirá a considerações novas. Ao mesmo

¹⁴ Guido de Almeida é o tradutor da edição brasileira da *Dialética do Esclarecimento*. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuando principalmente na interpretação e crítica do pensamento de Kant, Husserl e Habermas. Os trechos citados são do texto que escreve como “Nota preliminar do tradutor”, que antecede os dois prefácios dos autores na edição brasileira da obra.

tempo, a gênese da sua estrutura sempre permanece pois, o que eles trabalham logo no primeiro capítulo, é o conceito de esclarecimento enquanto solo de diversos acontecimentos de cada momento histórico. Além da amplitude não restrita ao período do Iluminismo, Almeida também destaca outras razões da sua escolha tradutória:

Há outras razões, menos importantes de um ponto de vista teórico-conceitual, mas igualmente importantes do ponto de vista da tradução, para se preferir esclarecimento a iluminismo e ilustração. Em particular, é possível dar uma tradução unitária para expressões cognatas como *aufklären* = esclarecer e *aufgeklärt* = esclarecido. Iluminar e iluminado conotam, não o esclarecimento que devemos ao uso da razão, mas à iluminação mística ou às luzes divinas. Ilustrar e ilustrado, por sua vez, significam antes a instrução pelo estudo e pela leitura do que o esclarecimento que resulta da reflexão e da crítica (ALMEIDA, 2006, p. 8).

Expor todas as questões que giram em torno da tradução dessa palavra para o português, implica também uma tentativa de compreensão da história desse vocábulo e do seu significado no contexto da língua alemã. Esse é um passo importante para nos aproximarmos do modo como os nossos autores problematizam o conceito que será o cerne de todas as suas reflexões nessa obra. É importante a atenção que Almeida dedica ao termo na sua explicação da tradução, pois ele acaba nos fornecendo valiosas informações e indicações que nos ajudam a começar a compreender o contexto da crítica que Adorno e Horkheimer desenvolvem ao longo de toda *Dialética do Esclarecimento*.

A palavra *Aufklärung*, como bem enfatiza Almeida, reúne em si duas características relevantes: ao mesmo tempo que é uma expressão coloquial, está no uso corrente da língua alemã assim, tornou-se um importante conceito histórico-filosófico com um sentido próprio:

Ora, o conceito histórico-filosófico está ligado ao sentido coloquial do termo, e não é por outra razão que foi escolhido como palavra de ordem e senha de identificação pelos espíritos esclarecidos dos tempos modernos. Kant, como se sabe, define a *Aufklärung*, num texto célebre, como um processo de emancipação intelectual resultando, de um lado, da superação da ignorância e da preguiça de pensar por conta própria e, de outro lado, da crítica das prevenções inculcadas nos intelectualmente menores por seus maiores (superiores hierárquicos, padres, governantes etc.) (ALMEIDA, 2006, p. 7).

O termo *Aufklärung* se difunde de maneira muito ampla, com o famoso texto de Kant *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* de 1784, reverberando largamente uma discussão que se fazia muito presente entre os filósofos naquele momento histórico.¹⁵ Em

¹⁵ Como bem pontua Melo (2019, p. 294): “Em dezembro de 1784, quando é publicado o reconhecido escrito de Kant a respeito do esclarecimento, o termo já vinha sendo discutido. Sendo assim, não foi Kant que empregou o termo pela primeira vez, mas seu texto tocava a uma discussão corrente à época em que vários

resumo, “Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (KANT, 2008, p. 1). Os autores da *Dialética do Esclarecimento* abordam este mesmo conceito lhe dando uma nova roupagem:

O esclarecimento, para Adorno e Horkheimer, se refere, de forma ampla, ao próprio processo civilizatório da humanidade, isto é, o esclarecimento é o projeto sobre o qual a civilização ocidental foi erigida. O esclarecimento designa o processo que o indivíduo moderno, de modo geral, acredita já ter concretizado e por meio do qual, no interior do processo histórico da civilização, a humanidade libertou-se do pensamento mitológico rumo à conquista do modo esclarecido de pensar. À medida que Adorno e Horkheimer vão expondo suas críticas ao longo do livro, vai ficando cada vez mais claro, para o leitor, que os autores querem, na verdade, colocar em questão a efetivação do projeto do esclarecimento.

Ao lado desse procedimento crítico, bem descrito por Cohn na citação acima, há um descortinar de uma relação dialética: Adorno e Horkheimer querem colocar em evidência que o mito que já continha elementos do esclarecimento e que o esclarecimento, na modernidade, se converte em nova mitologia. Lembremos que os autores enunciam claramente as duas teses desenvolvidas no primeiro capítulo da *Dialética do Esclarecimento*: “Em linhas gerais, o primeiro estudo pode ser reduzido em sua parte crítica a duas teses: o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 15).¹⁶

Agora, depois das averiguações preliminares em torno da palavra *Aufklärung*, acreditamos que estamos em condição de nos aproximarmos, de fato, da definição de esclarecimento elaborada por nossos autores. Assim, entendemos que a aplicação da palavra “esclarecimento”, em português, cabe perfeitamente naquilo a tradição interpretativa compreendeu como sendo a significação desse conceito para os nossos

outros autores como, por exemplo, Moses Mendelssohn e Friedrich Schiller também debatiam sobre o assunto”.

¹⁶ Essa preciosa e pontual afirmação aparece no primeiro prefácio escrito pelos autores, em 1947, à *Dialética do Esclarecimento* (cf. ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 11-16).

autores: o processo de perda do encanto e do pavor diante da natureza desconhecida. Isto é, o processo de “desencantamento do mundo”. Segundo Almeida,

Em Adorno e Horkheimer, o termo é usado para designar o processo de “desencantamento do mundo”, pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. Por isso mesmo, o esclarecimento de que falam não é, como o iluminismo, ou a ilustração, um movimento filosófico ou uma época histórica determinados, mas o processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertam das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência (ALMEIDA, 2006, p. 7-8).

2.2 O DESENCANTAMENTO DO MUNDO

Na tentativa de conceituarmos o termo esclarecimento como sendo fundamental para as diversas reflexões que serão elaboradas nesta obra escrita por Adorno e Horkheimer, entendemos que o conceito que melhor se aplica ao termo esclarecimento é o processo de desmitificação pelo qual a humanidade acredita ter passado ao longo de seu processo civilizatório. Esse processo consiste na retirada dos aspectos tidos como religiosos, supersticiosos, mágicos e fantasiosos que a humanidade enxergava na natureza e no mundo ao seu redor. Dessa forma, o mundo encantado se apresentava ao homem como algo que não se deixava dominar por ele. Na medida que a razão do homem deseja um pensamento esclarecido para se livrar do medo que a natureza lhe impunha, começa um processo de cisão com o pensamento mitológico.

Adorno e Horkheimer possuem uma interpretação bem particular do termo “esclarecimento”. O conceito que os autores expõem tem como um de seus sentidos um projeto político cujo programa é o desencantamento do mundo. A meta desse projeto é extirpar a imaginação e substituí-la pelo saber, consolidando assim a dissolução dos mitos (MELO, 2019, p. 299).

Como é o notório a designação do processo de “desencantamento do mundo” é fundamental para compreendermos aquilo que Adorno e Horkheimer designam como esclarecimento. A expressão “desencantamento do mundo” é do sociólogo alemão Max Weber e fora apropriada e reelaborada pelos autores da *Dialética do Esclarecimento*. Apesar desse conceito ter se tornado um dos mais conhecidos do pensamento weberiano e amplamente associado à sua obra mais famosa *A ética protestante e o espírito do*

capitalismo, como nos aponta o interessante estudo de Duarte (2005), o conceito possui uma aparição complexa e multifacetada na obra de Weber.¹⁷

De modo geral, Weber cunha a expressão “desencantamento do mundo” para descrever o processo histórico de racionalização da civilização ocidental por meio do qual “a superação da magia se deu pelo progresso no conhecimento científico que a humanidade foi adquirindo sobre a natureza” (DUARTE, 2005, p. 51). Como resume de maneira pontual Duarte, nos aparecimentos da expressão presentes na famosa obra de Weber, “uma definição possível do ‘desencantamento do mundo’ seria a superação da magia como meio de salvação” (DUARTE, 2005, p. 56). Assim, “desencantar” teria o sentido de superar todos os elementos que reconduzem o homem a um conhecimento mágico e ingênuo do mundo. Com o desenvolvimento da razão e de um tipo de racionalidade que lhe própria, o desencantamento do mundo atingiu seu ápice com o capitalismo e a ciência moderna:

A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento geral das condições da vida, mas algo de muito diverso: o saber ou a crença em que, se alguém *simplesmente quisesse, poderia*, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos e imprevisíveis, que nela interferiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem – em princípio – ser *dominadas* mediante o *cálculo*. Quer isto dizer: o desencantamento do mundo (WEBER, 2005, p. 13-14).

Como aponta Duarte, nesse aparecimento da expressão num dos seus últimos textos, *A ciência como vocação* de 1919, Weber utiliza a expressão “desencantamento do mundo” extrapolando somente o seu uso enquanto uma importante categoria de diagnóstico do tempo, e introduz nela um aspecto crítico que será desenvolvido e acentuado pelos autores da *Dialética do Esclarecimento*:

Aqui, Weber chega provavelmente o mais perto possível do sentido do “desencantamento” que Horkheimer e Adorno adotaram em sua obra comum, já que, mesmo tendo como pressuposto irrevogável o enorme desenvolvimento da ciência na modernidade européia, Weber chama a atenção para um possível esvaziamento de sentido da vida espiritual inerente ao ponto de vista daquela. O

¹⁷ “Apesar de a expressão ‘desencantamento do mundo’ ter-se tornado quase a marca registrada do pensamento de Weber, sua primeira ocorrência é relativamente tardia na obra, obra do autor: trata-se de uma passagem do texto *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*. Depois dessa primeira aparição nesse texto de 1913, a expressão voltará a aparecer na segunda edição da sua obra mais famosa *A ética protestante e o espírito do capitalismo*” (DUARTE, 2005, p. 52). Como bem aponta Duarte, na primeira edição de 1905 da obra a expressão não aparece, somente na segunda edição de 1920: “Considerando-se que, na primeira edição, o conceito de ‘racionalização’ aparece inúmeras vezes, num contexto muito próximo ao que será designado pelo ‘desencantamento do mundo’, pode-se afirmar que esse, apesar de não ser explicitado, é uma espécie de ‘pano de fundo’ da 1ª edição: o conceito já existia, sem que a denominação posteriormente consagrada fosse aí empregada” (DUARTE, 2005, p. 53-54).

processo de racionalização, anteriormente focado em seus aspectos religiosos – em íntima conexão com a dimensão econômica – é agora relacionado principalmente ao papel essencialmente desmitificador da ciência, ainda que isso encerre um alto preço a ser pago (DUARTE, 2005, p. 58).

Nesse sentido, poderíamos afirmar que Adorno e Horkheimer acentuam o aspecto negativo e crítico dessa expressão de Weber. O desencantamento do mundo, isto é, a compreensão racional dos fenômenos naturais foi fundamental na sobrevivência da humanidade devido aos perigos que a natureza impõe à vida humana. O sujeito, aos poucos, começa a se constituir e se tornar autônomo e busca, cada vez mais, elementos que possam garantir sua autoconservação. Porém, à medida que esse processo de esclarecimento se desenvolve, é estabelecida uma relação instrumental, apenas com o objetivo de atingir fins, sejam quais forem os meios para isso, ocasionando também a transformação da história em uma espécie de “segunda natureza”.

O que Horkheimer e Adorno acrescentam à concepção de Weber é uma ênfase no aspecto “trágico” do esclarecimento: esse era uma necessidade absoluta no sentido da sobrevivência da humanidade em virtude das ameaças que a natureza indômita lhe fazia; mas, mediante o desenvolvimento de um *tipo* de racionalidade apenas instrumental, o poder exercido sobre a natureza tem como contrapartida a transformação radical da história numa espécie de “segunda natureza”, em que se mesclam características do mundo humano e a coerção inarredável do mundo físico (DUARTE, 2005, p. 60).

O conceito de segunda natureza¹⁸ é utilizado por nossos autores para designar o modo como fenômenos que são construções histórico-sociais, no mundo moderno, conseguem se ocultar sob a aparência de uma realidade “dada” e “natural”, mascarando suas origens históricas e sua condição de serem criações das sociedades humanas. Para Adorno e Horkheimer, disfarçada como se fosse uma “segunda natureza”, a realidade histórico-social se reveste de uma aparência mítica enquanto algo absoluto e a-histórico, como se fosse um destino do qual não é possível escapar. Nesse sentido, o mundo totalmente desencantado se transforma numa forma de segunda natureza e recai na mitologia.

O objetivo era, por meio da dissolução dos mitos, levar a humanidade a um verdadeiro estado emancipatório, a um estado totalmente esclarecido. Quando acreditamos

¹⁸ O conceito de segunda natureza aparece três vezes ao longo da *Dialética do Esclarecimento*, mas só foi desenvolvido mais detidamente por Adorno em textos um pouco posteriores à publicação dessa obra. O conceito de segunda natureza foi explorado por Adorno a partir da elaboração que o filósofo húngaro Lukács faz dessa noção que, por sua vez, tem sua gênese na obra de Marx.

que estávamos chegando a um estado libertador da singularidade humana, por meio do pensamento racional, percebeu-se que estávamos retornando a um novo estado de barbárie, que chega ao seu ápice, na visão de Adorno e Horkheimer, no século XX, com os regimes totalitários. Nesse período, percebe-se uma relação de inversão das intenções do esclarecimento, bem como a expressão “calamidade triunfal” revela o pessimismo que os autores viveram em seu período histórico:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 17).

A ideia da superação do mito no processo civilizacional fez parte do procedimento que levou a humanidade a um projeto de dominação da natureza levado ao seu extremo. Isso liga a ideia de desencantamento do mundo com a ideia de uma dialética do esclarecimento. Ao presenciarem os eventos históricos do século XX, os autores levam a compreensão do processo de “desencantamento do mundo” a um aprofundamento que culminará em sua transformação em um conceito de caráter crítico, pautado na ideia de um movimento dialético entre racionalidade e irracionalidade, mito e esclarecimento e civilização barbárie. As ações que eram orientadas pela magia encontram em si mesmas elementos de uma racionalidade instrumental que vai constituir as bases para uma humanidade esclarecida. Mesmo sendo impulsionado pelo desejo de uma racionalização, o desencantamento do mundo:

[...] chega muito perto da concepção de “dialética do esclarecimento”, defendida por Horkheimer e Adorno, já que ele se refere ao progresso do desencantamento do mundo como que engendrando a irracionalidade, mesmo sendo propulsionado por um processo de racionalização (DUARTE, 2005, p. 62).

Assim, Adorno e Horkheimer procuram compreender como o próprio processo de desenvolvimento do esclarecimento da civilização ocidental pode conduzir à dissolução dos atributos do próprio pensamento e sua capacidade de emancipar o humano:

A aporia com que defrontamos em nosso trabalho revela-se assim como o primeiro objeto a investigar: a autodestruição do esclarecimento. Não alimentamos dúvida nenhuma – e nisso reside nossa *petitio principii* – de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as

formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte. Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também sua relação com a verdade (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 13).

Assim, todo o esforço teórico da obra consiste em tentar desvelar e compreender o caráter regressivo presente no interior da própria racionalidade. Isso, de forma alguma, significa afirmar que não existe uma potência emancipadora no pensamento esclarecido. É justamente porque os autores ainda defendem a possibilidade de uma racionalidade concebida de forma emancipatória, isto é, não abandonaram o ideal do esclarecimento de buscar um conhecimento livre da dominação, que eles se põem a fazer uma crítica tão veemente e feroz ao próprio esclarecimento: “só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18).

A razão não pode abrir mão de fazer o gesto crítico sobre si mesma e é isso que Adorno e Horkheimer estão denunciando, que no desenvolvimento do esclarecimento a razão tornou-se muito certa e confiante de si mesma, a ponto de não mais questionar a si própria. No prefácio, os autores apontam que se “o pensamento triunfante [...] sai voluntariamente de seu elemento crítico como um mero instrumento a serviço da ordem existente, ele tende, contra sua própria vontade, a transformar aquilo que escolheu como positivo em algo negativo, destrutivo” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18). Isto é, se o pensamento se transforma em razão instrumental o esclarecimento sucumbe à sua própria dialética, torna-se o seu oposto: uma nova forma de mitologia.

Na *Dialética do Esclarecimento*, fica visível que há uma relação dialética entre mito e esclarecimento e é essa relação que constrói a essência da obra. Como nos lembra Wiggershaus (2002, p. 339), “o título da obra *Dialética do Esclarecimento* é proveniente de uma carta de Adorno a Horkheimer [10/11/41], em que ele menciona a expressão como sinônimo da dialética entre cultura e barbárie”. Por isso os autores anunciam de maneira enfática o projeto da sua obra nos seguintes termos: “O que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 11). Esse primeiro impulso dos autores é o que vai

permeiar o que se seguirá ao longo de toda a obra, tornando a explicitação e compreensão do conceito de *esclarecimento* fundamental para o restante do livro.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, ULISSES E A MÍMESIS

Na dialética do esclarecimento apontada por Adorno e Horkheimer, a constituição do indivíduo e a sua autopreservação aparecerão recorrentemente como temas de grande relevância e sobre essas questões os autores dedicarão muitas das páginas de sua obra. Em uma passagem emblemática de *Eclipse da Razão*, Horkheimer expõe certamente a vinculação intrínseca entre a razão esclarecida e a questão do indivíduo:

A crise da razão é manifesta na crise do indivíduo, que se desenvolveu como seu agente. A ilusão que a filosofia tradicional tem cultivado sobre o indivíduo e sobre a razão – a ilusão de sua eternidade – está sendo dissipada. O indivíduo outrora concebeu a razão exclusivamente como um instrumento do eu. Agora, ele experiencia o inverso dessa autodeificação. A máquina ejetou o piloto; ela corre cegamente pelo espaço. No momento da consumação, a razão tornou-se irracional e estultificada. O tema desta época é a autopreservação, muito embora não exista qualquer eu a ser preservado (HORKHEIMER, 2015, p. 143).

Nesse sentido, a *Dialética do Esclarecimento* seria um empreendimento crítico que busca entender esse voo cego da razão esclarecida. Para entendermos o processo de instrumentalização da razão, isto é, o caminho pelo qual a racionalidade se tornou razão instrumental, será necessário enveredarmos pelo interior do longo processo histórico do desenvolvimento e da constituição da noção de sujeito. Como bem aponta Freitag,

Desta forma, a razão, sujeito abstrato da história individual e coletiva do homem em Kant e Hegel, converte-se, na leitura de Horkheimer e Adorno, em uma razão alienada que se desviou do seu objetivo emancipatório original, transformando-se em seu contrário: a razão instrumental, o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens. A essência da dialética do esclarecimento consiste em mostrar como a razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade e emancipação dos homens, se atrofiou, resultando na razão instrumental (FREITAG, 1986, p. 35).

Para compreendermos a relação dialética entre mito e esclarecimento, será necessário entendermos algumas das leituras interpretativas que Adorno e Horkheimer fazem da poesia de Homero. Isso porque é na trajetória de Ulisses, herói da *Odisseia*, que os autores encontraram as bases para fundamentar a constituição do sujeito.

Uma das estratégias mais notáveis da figura de Ulisses na *Odisseia* são seus feitos com o ciclope Polifemo e o episódio do canto das sereias. Quando se denomina como “Ninguém” consegue se preservar do perigo diante do ciclope e por infligir violência a si mesmo, ao amarra-se ao mastro de seu barco, resiste ao canto das sereias. Segundo a leitura de Adorno e Horkheimer, para se afirmar como superior, o sujeito deve negar e se distanciar de sua integridade originária com a natureza. Trataremos de uma leitura um pouco mais atenciosa destes dois episódios mais à frente.

Para investigar a relação dialética entre mito e esclarecimento, nossos autores irão voltar à mitologia em oposição à ciência moderna, na qual o homem antigo tinha uma relação de imitação (mímesis) com a natureza. Na análise da história da constituição do sujeito, ao lado da questão da autopreservação, o tema da mímesis, como veremos, também será fundamental na construção argumentativa de nossos autores. Apoiaremos nos comentários de Jeanne-Marie Gagnebin para explorarmos esses elementos presentes na obra dos nossos autores.¹⁹

Com essas análises interpretativas que os autores fazem dos mitos da *Odisseia*, procuraremos entender a crítica que eles fazem à mímesis na *Dialética do Esclarecimento*. Primeiro é necessário entendermos que o comportamento mimético é um mecanismo de autoconservação por meio do qual há uma assimilação ao perigo com vistas à superá-lo. No mundo animal é perceptivo esse comportamento em alguns bichos que se camuflam entre as folhagens ou galhos para passarem despercebidos aos seus predadores, bem como os povos antigos que se camuflavam de folhagens para também despistar predadores, ou usavam suas máscaras para se assemelhar à aparência aterrorizante dos deuses. Dessa forma, um aspecto fundamental do comportamento mimético vai ser que:

[...] na tentativa de se libertar do medo, o sujeito renuncia a se diferenciar do outro que teme para, ao imitá-lo, aniquilar a distância que os separa, a distância que permite ao monstro reconhecê-lo como vítima e devorá-lo. Para se salvar do perigo, o sujeito desiste de si mesmo e, portanto, perde-se. Nessa dialética perversa jaz a insuficiência das práticas mágico-miméticas e a necessidade de encontrar outras formas de resistência e de luta contra o medo: toda reflexão de Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* consiste em mostrar como a razão ocidental nasce

¹⁹ Jeanne-Marie Gagnebin é uma das maiores especialistas no pensamento de Walter Benjamin do nosso país. Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e livre-docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desenvolveu uma extensa pesquisa sobre a questão da mímesis tanto no pensamento de Walter Benjamin quanto no pensamento de Adorno e Horkheimer, nos valeremos nessa vasta produção publicada em inúmeros artigos para os desenvolvimentos que se seguem.

da recusa desse pensamento mítico-mágico, numa tentativa sempre renovada de livrar o homem do medo (GAGNEBIN, 2005a, p. 85).

Segundo Gagnebin (2005a, p. 87), embasados na crítica platônica de passividade do sujeito e em suas leituras de Freud e de etnologia, Adorno e Horkheimer irão entender o comportamento mimético como regressivo, pois o homem se assemelha ao perigo com a intenção de contorná-lo. A mimesis ameaça o sujeito a partir do momento que este, querendo se autoconservar, abre mão de uma identidade autêntica para se dissipar em um outro. Há nesse movimento um desejo de aniquilação, de dissolução que destrói o seu eu, ao mesmo tempo que é constituinte de sua personalidade. Como bem nos lembra Gagnebin, não só a psicanálise caracteriza a mimesis como um comportamento regressivo, como também para Freud “essa regressão remete à pulsão de morte, a este misterioso desejo de dissolução do sujeito no nada” (GAGNEBIN, 2005a, p 87). Portanto, esse impulso mimético que jaz no homem corresponde ao mesmo tempo à pulsão erótica, que compreende toda sua energia libidinal, lhe dando desejo de uma vida preservada, como também à pulsão de morte²⁰. É evidente presença do pensamento freudiano nessas elaborações de Adorno e Horkheimer, especialmente no que diz respeito aos conceitos de pulsão de morte e recalque²¹: “A *ratio*, que recalca a mimese, não é simplesmente seu contrário. Ela própria é mimese: a mimese do que está morto” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006 p. 55).

Dessa maneira, a mimesis para Adorno e Horkheimer vai ser uma ameaça ao processo civilizatório do homem, pois ela o vai levar sempre a reproduzir comportamentos mágicos e miméticos. Ela também ameaça a construção do próprio processo civilizatório. Este processo precisa de normas, regras e limites que constitua uma sociedade organizada.

²⁰ “o objetivo de toda vida é a morte, e, retrospectivamente, que o inanimado existia antes que o vivente” (FREUD, 2010, p. 149). O conceito traduzido como “pulsão” ou “impulso” de morte, foi elaborado por Freud em *Além do princípio do prazer* em 1920. Nesse texto, Freud reformula sua teoria das pulsões, introduzindo esse conceito em oposição à pulsão erótica, após perceber que apenas esta não conseguia explicar a tendência à repetição de experiências dolorosas que ele observou, por exemplo, no comportamento dos soldados que haviam voltado da Primeira Guerra Mundial. Freud descreve então a pulsão de morte como contrária à pulsão erótica, enquanto a primeira é um impulso de autoconservação, que preserva o organismo vivo e constrói, a pulsão de morte é destruidora e expressa o impulso elementar de todo ser vivo de regressar ao estado inorgânico, isto é, de libertar-se de toda a excitação e retornar a um estado de ausência total de estímulos:

²¹ “sua essência consiste apenas em rejeitar e manter algo afastado da consciência” (FREUD, 2005, p. 63). O conceito traduzido como “recalque” ou “repressão” é um dos mais importantes para a psicanálise e foi elaborado por Freud, de modo mais acabado, no seu texto *Repressão* em 1915. Para Freud, o recalque é processo psíquico de defesa contra ideias que se mostrem incompatíveis com o ego. Assim, Freud descreve o mecanismo mental de proteção que constitui o conteúdo central do inconsciente, por meio do qual representações geradoras de desprazer, em vez de prazer, são rejeitadas pelo sujeito na forma da negação.

Para que haja a construção de uma civilização livre de comportamentos míticos é necessária uma civilização que se ampare no trabalho e no progresso racional científico, elemento que a mimesis de certa forma não oferece. Para o bom funcionamento da civilização o sujeito vai ficar preso na esfera daquilo que só é obediência e trabalho. Para se autoconservar, e conservar a sua civilização, ele não vai se sujeitar a nenhum prazer de felicidade, de alegria, de fruição estética, de contemplação. A felicidade se torna aqui algo oposto a civilização pois, esse ideal de progresso exige um sujeito que esteja preso a essa esfera da obediência e do trabalho. Tudo que compete à esfera do prazer, da felicidade, da alegria, da beleza e da contemplação, bem como tudo ligado ao âmbito do impulso mimético e da estética, vai ser pensado como algo que vai contribuir para a distração e não como um elemento que vai ser essencial para a constituição do indivíduo.

O medo de perder o eu e o de suprimir com o eu o limite entre si mesmo e a outra vida, o temor da morte e da destruição, está irmanado a uma promessa de felicidade, que ameaçava a cada instante a civilização. O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder. O pensamento de Ulisses, igualmente hostil à sua própria morte e à sua própria felicidade, sabe disso (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 39).

Esse será o preço que o sujeito terá de pagar para se constituir como tal. Ulisses, herói da *Odisseia*, representa bem o sujeito que transita de maneira clara do mito ao *logos*, pois “[...] ele não é mais o herói mítico dotado pelos deuses de uma força física mágica: também não é ainda o indivíduo desamparado que só pode contar com sua inteligência particular” (GAGNEBIN, 2005a, p. 87). Adorno e Horkheimer enxergam em Ulisses esse personagem que, passando do mito ao *logos*, vai pagar um preço alto para se constituir como sujeito autônomo uma alegoria para a constituição da noção de sujeito. Ele passa de uma mimesis que inicialmente era agradável e feroz ao mesmo tempo, para uma mimesis que leva o sujeito por meio de um enrijecimento e insensibilidade de sua personalidade, a reproduzir o processo pelo qual ele teve de passar para se constituir como sujeito autônomo e para se adaptar as características do mundo real.

O eu integralmente capturado pela civilização se reduz a um elemento dessa inumanidade, à qual a civilização desde o início procurou escapar. [...] Para a civilização, a vida no estado natural puro, a vida animal e vegetativa, constituía o perigo absoluto. Um após o outro, os comportamentos mimético, mítico e metafísico foram considerados como eras superadas, de tal sorte que a ideia de recair neles estava associada ao pavor de que o eu revertesse à mera natureza, da qual havia se alienado com esforço indizível e que por isso mesmo infundia nele indizível terror (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 37).

De acordo com Gagnebin (2005a, p. 90), “esse raciocínio de Adorno e Horkheimer nos lembra as descrições freudianas do mal-estar na civilização e nos faz entender melhor por que os nossos autores sempre insistiram na genealogia violenta da racionalidade iluminista”.

Lembremos que o impulso dos autores ao escrever a *Dialética* do Esclarecimento era o de entender realmente os motivos do esclarecimento ter desembocado em novas formas de barbárie no século XX, sobretudo o nazismo e o antissemitismo. Devido a isso, Adorno e Horkheimer procuram:

[...] elaborar uma teoria da dominação muito mais ampla e profunda, inscrita na própria relação do homem com a natureza, consigo mesmo e com seus companheiros; uma relação inscrita no desenvolvimento da *techné* (da técnica, do trabalho) e do *logos* (da linguagem e da razão) (GAGNEBIN, 2006a, p. 30).

A questão fundamental que os autores irão levantar no interior do esclarecimento é o caráter paradoxal, dialético, em relação ao mito: “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006 p. 20). Na própria estruturação dos mitos, e isso é visível no texto da *Odisseia*, já é evidenciada uma razão ordenadora que propicia uma visão racional do próprio mito, e fazer isso já é anular as narrativas mitológicas em favor da razão. O esclarecimento “esconde o caráter mítico inscrito no núcleo mais íntimo da própria ideia de razão” (PERIUS, 2016, p. 153). Esse raciocínio revela os impulsos esclarecedores já presentes no mito. Tanto para Adorno quanto para Horkheimer, a relação mito e esclarecimento desembocará sempre na relação razão e dominação, e aqui dominação da natureza interna e externa: “Adorno e Horkheimer retomam motivos oriundos de Nietzsche e de Freud para enfatizar uma forma de participação arcaica que liga razão, linguagem – ou seja, *logos* – e dominação, em particular dominação da natureza externa e da natureza interna” (GAGNEBIN, 2006a, p. 29).

Relendo a *Odisseia*, os autores partem em busca dos elementos que fundamentaram a constituição do sujeito, e contribuiram para a estruturação dessa noção a partir de uma separação entre sujeito e objeto. Nesse processo, a relação indiferenciada que o homem tinha com as coisas se extingue e se torna uma relação de dominação, ou seja, houve um momento em que o sujeito se constrói e se reconhece como tal em oposição àquilo que passa a ser concebido como objeto. Os autores veem na *Odisseia*, o homem

passar pelo processo de desencantamento das realidades míticas para chegar à dominação de si e à conquista de sua autonomia, devido ao esclarecimento racional. Desse modo, deixa sua identidade plural, que possui várias formas, para assumir uma subjetividade inflexível e fechada.

Essa passagem tem um custo e que a longo prazo foi deteriorando o sujeito. Adorno e Horkheimer entendem que o custo alto que a humanidade teve de pagar está refletido justamente naquilo que eles vivenciaram no século XX com os totalitarismos. Adorno e Horkheimer destacam, particularmente, dois momentos da *Odisseia*²¹ como emblemáticos da origem desse comportamento violento que o sujeito infringe em si mesmo e à natureza no processo de sua constituição. Esses momentos são o encontro de Ulisses com o gigante Polifemo e o encontro com as sereias.

O primeiro episódio aparece no Canto IX da *Odisseia* e narra as aventuras de Ulisses e seus companheiros dentro de uma caverna em uma ilha distante. Ali há um gigante de um olho só, o ciclope chamado Polifemo, filho de Poseidon. Curiosos, eles esperam dentro da caverna até que o gigante voltasse. Ele os aprisiona dentro da caverna e promete se alimentar deles. O ciclope pergunta a Ulisses sua verdadeira identidade e este se denomina como “Ninguém”. À noite eles furam o olho do ciclope com um tronco e quando os companheiros do ciclope o interrogam sobre quem o feriu ele responde que foi “Ninguém”. Pela manhã quando o ciclope abre a porta para que as ovelhas saiam, Ulisses com seus companheiros saem junto com elas.

A segunda passagem analisada por Adorno e Horkheimer é o episódio das sereias que aparece no Canto XII da *Odisseia*. Ulisses já sabia que era quase impossível a navegantes resistir ao canto das sereias. Mais uma vez, ele elabora uma estratégia para sobreviver ao obstáculo. Para não sucumbir a elas, Ulisses ordena a seus companheiros que passem cera no ouvido, e pede a eles que o amarrem no mastro do barco para não pular na água e, atraído por elas, ser devorado. Dessa forma, todos são preservados do perigo e conservam sua vida.

As interpretações elaboradas por Adorno e Horkheimer, e comentadas por Gagnebin, explicitam que no primeiro caso percebemos que “Ulisses é capaz de distinguir, de separar o nome e o objeto nomeado, isto é, de superar a identidade mágicomimética entre o nome e o nomeado” (GAGNEBIN, 2006a, p. 32). Ulisses só conserva sua vida porque ele aceita

²¹ Essas leituras interpretativas da *Odisseia*, apesar já aparecerem mencionadas no primeiro capítulo da obra, serão mais detalhadamente elaboradas e desenvolvidas no primeiro excuro e não no primeiro capítulo da *Dialética do Esclarecimento*.

se identificar como *Ninguém*, isto é, renuncia aquilo que de mais básico constitui sua condição de sujeito, sua própria identidade. Para se autoconservar, Ulisses renuncia à sua identidade e se assemelha a *Ninguém*, sendo aquele que não possui identidade.

O cálculo que Ulisses faz de que Polifemo, indagado por sua tribo quanto ao nome do culpado, responderia dizendo: “Ninguém” e assim ajudaria a ocultar o acontecido e a subtrair o culpado à perseguição, dá a impressão de ser uma transparente racionalização. Na verdade, o sujeito Ulisses renega a própria identidade que o transforma em sujeito e preserva a vida por uma imitação mimética do amorfo (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 63).

No segundo episódio mencionado, temos mais uma vez a interpretação dos autores da *Dialética do Esclarecimento* mostrando o preço que o sujeito paga pela sua autoconservação e o rompimento com as artes, representado aqui pelo canto das sereias. Percebe-se que até a própria sucessão do acontecimento tem um significado na interpretação de Adorno e Horkheimer, primeiramente Ulisses enfrenta as forças dos mitos, como vimos no caso de Polifemo, para só depois enfrentar as forças “dissolventes e mortíferas da arte” como bem reflete Gagnebin (2006a, p. 34):

Dissolventes e mortíferas de quê? Justamente dessa identidade clara, delimitada e fixa que constitui o ideal egóico racional. Nesse sentido, a ameaça da arte é mais forte e eficaz que a ameaça arcaica do mito, pois nela, na arte, jaz também a promessa de uma felicidade arrebatadora: poder ultrapassar, superar os limites do eu, limites entendidos também como limitações que prendem e aprisionam.

No encontro com as sereias, Ulisses pede pra ser amarrado ao mastro do navio para não sucumbir ao canto das sereias e, dessa forma, ele se condena e se aprisiona para poder desfrutar da beleza e, ao mesmo tempo, impede seus companheiros que desfrutem também. Afinal de contas, Ulisses não sucumbe mas ouve, enquanto seus companheiros nem isso o fazem, pois estão com cera nos ouvidos. Centrados no trabalho braçal eles, como serventes cumprem seu serviço, enquanto Ulisses representando o dominador pode desfrutar, imóvel e apenas como espectador, da arte.

O que ele escuta não tem consequências para ele, a única coisa que consegue fazer é acenar com a cabeça para que o desatem; mas é tarde demais, os companheiros – que nada escutam – só sabem do perigo da canção, não de sua beleza – e o deixam no mastro para salvar a ele e a si mesmos. Eles reproduzem a vida do opressor juntamente com a própria vida, e aquele não consegue mais escapar a seu papel social [...] Assim a fruição artística e o trabalho manual já se separam na despedida do mundo pré-histórico. A epopeia já contém a teoria correta. O patrimônio cultural está em exata correlação com o trabalho comandado, e ambos

se baseiam na inescapável compulsão à dominação social da natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 40).

Os companheiros de Ulisses não sabem do prazer de desfrutar da arte, mas somente da ameaça que a canção pode infligir a eles. Não libertar Ulisses das amarras, na visão dos autores, significa que eles asseguram a vida do seu opressor, pois defender a vida de Ulisses implica na defesa de suas próprias vidas. Para garantir sua autopreservação eles se sujeitam às ordens de seu opressor, seguindo suas normas, desconhecendo a beleza do canto para preservar suas vidas. Essa forma de estrutura social faz com que a relação de dominação se perpetue. Segundo os autores, esse episódio da narrativa de Homero expõe justamente “esse entrelaçamento de mito, dominação e trabalho” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 38).

O rigor com que os dominadores impediram no curso dos séculos a seus próprios descendentes, bem como às massas dominadas, a recaída em modos de vida miméticos – começando pela proibição de imagens na religião, passando pela proscrição social dos atores e dos ciganos e chegando, enfim, a uma pedagogia que desacostuma as crianças de serem infantis – é a própria condição da civilização. A educação social e individual reforça nos homens seu comportamento objetivamente enquanto trabalhadores e impede-os de se perderem nas flutuações da natureza ambiente. Toda diversão, todo abandono têm algo de mimetismo. Foi se enrijecendo contra isso que o ego se forjou (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 149).

Nessa passagem vemos os temas elaborados pelos autores na sua interpretação dos episódios da *Odisseia* aparecendo em conjunto com a questão da mimesis. Adorno e Horkheimer expõem o modo como a civilização foi erigida sob os pilares do medo da recaída aos impulsos miméticos originários: toda forma de diversão e alegria é vista como uma ameaça à civilização. Isso explicaria, segundo nossos autores, o porquê, por exemplo, da eliminação das características lúdicas da vida adulta e a marginalização de grupos sociais cujos comportamentos não reforçam os valores de trabalho e sacrifício. Esse processo constitui não os pilares da civilização como também da própria formação enrijecida do sujeito: “Esse enrijecimento do eu, cujo modelo é Ulisses atado sem movimentos ao mastro do seu próprio navio para poder escutar as sereias sem lhes sucumbir, esse enrijecimento caracteriza a segunda mimesis perversa, a única permitida pela civilização iluminista” (GAGNEBIN, 2005a, p. 75). Dessa forma entendemos o porquê de o esclarecimento ter levado “[...] o programa de controle da racionalidade iluminista [...]” (GAGNEBIN, 2005a, p. 89) ao seu máximo.

Na interpretação desses dois episódios da *Odisseia*, Adorno e Horkheimer insistem, portanto, enfaticamente no preço que o sujeito racional deve pagar para se constituir, na sua autonomia, e poder se manter vivo. Esse preço é alto: não é nada menos que a própria plasticidade da vida, seu lado lúdico, seu lado de êxtase e de gozo; a vida se autoconserva renunciando à sua vivacidade mais viva e mais preciosa (GAGNEBIN, 2006a, p. 34).

O programa civilizatório não consegue, todavia, extinguir por completo os impulsos miméticos de uma vez por todas. A aversão a tudo que lembre o mimetismo revela-se fruto de uma memória recalçada daquela mimesis originária que levava o homem a se dissolver e se assemelhar ao outro em nome da sua autoconservação. Essa segunda mimesis, que escapa ao controle do homem, vai impulsioná-lo a dominar aquilo que lhe é estranho, isto é, ele entende que para se livrar do medo primitivo é necessário dominar essa natureza que lhe é estranha. O medo diante do diferente vai continuar voltando e se manifestando. De fato, o diferente é algo que nos assusta. Sentimos medo, ansiedade, angústia de algo diferente ou estranho a nós, e logo somos levados a querer que tudo se iguale ou se pareça com os padrões de comportamentos e entendimento que nós já temos.

A aversão ao mimetismo e a recaída numa segunda mimesis perversa são faces de um mesmo processo dialético do esclarecimento. Segundo Gagnebin (2005 p. 75) “antisemitismo na sua forma nazista permite, na análise de Adorno e Horkheimer, a experiência triunfante do recalque da mimesis originária e do sucesso da mimesis segunda”. A imagem que os nazistas que transmitiam eram de pessoas rígidas, frias, sem fluidez, disciplinadas. Por parte de seus militares era possível observar essa disciplina enrijecida para que, dessa forma, seus comportamentos mimetizassem sempre a figura de seu representante maior, Adolf Hitler.

Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual. [...] A horda, cujo nome sem dúvida está presente na organização da Juventude Hitlerista, não é nenhuma recaída na antiga barbárie, mas o triunfo da igualdade repressiva, a realização pelos iguais da igualdade do direito à injustiça (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 24).

Para que essa segunda mimesis enrijecida possa se afirmar é necessário que algo se oponha a ela, uma espécie de “objeto de abjeção”, como define Gagnebin (2005a, p. 75): “um objeto que represente esses desejos miméticos mais originários, recalçados e proibidos [...]”. O que os nazistas fazem, bem como os movimentos totalitários são procurar um objeto de abjeção para se opor a sua mimesis enrijecida, para que ela se afirme e tenha justificativa de existir. A ideologia nazista demonstrara, claramente, uma repulsão significativa a tudo àquilo que era diferente deles, especialmente aos judeus. Nossos

autores descrevem o processo civilizatório dentro de um círculo de reiterada violência: “Mímesis infernal, pensada também por Freud e Nietzsche, que condena a vítima a se tornar novamente vítima e encoraja o torturador a continuar torturador” (GAGNEBIN, 2005a, p. 91).

3 DOMINAÇÃO DA NATUREZA: A IRREFREÁVEL REGRESSÃO DO PROGRESSO

“O homem é o único animal que cospe na água que bebe. O homem é o único animal que mata para não comer. O homem é o único animal que corta a árvore que lhe dá sombra e frutos. Por isso, está se condenando à morte...”
Benedito Ruy Barbosa

3.1 O SABER TÉCNICO-CIENTÍFICO E O PODER

Para Adorno e Horkheimer, o progresso da civilização na história da humanidade foi traçado pelo desenvolvimento da dominação da natureza. Após a constituição do sujeito, representado na figura de Ulisses na saga da *Odisseia*, veremos que os autores evidenciarão o estabelecimento da relação entre sujeito e objeto como fundamental nesse processo de dominação da natureza almejado e executado pela razão esclarecida: “o despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como princípio de todas as relações” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 21). Nesse sentido:

Adorno e Horkheimer tentam entender como o antigo ideal de razão emancipadora, ideal explícito no Iluminismo, mas, segundo eles, já presente na origem da racionalidade ocidental, como este ideal deu à luz um sistema social no qual racionalidade e dominação são inseparáveis (GAGNEBIN, 2005b, p. 108).

A questão da dominação da natureza, elaborada pelos autores da *Dialética do Esclarecimento*, aparece como basilar para estruturar a relação dialética entre mito e esclarecimento. O homem, por meio do mito, materializa o medo que tem da natureza desconhecida, isto é, os mitos se revelam como uma tentativa intuitiva do homem de explicar os acontecimentos da realidade que lhe circunda. A explicação dada pelo homem antigo para o acontecimento dos fenômenos da natureza é uma tentativa de explicar e dominar aquilo que lhe saltava a compreensão. Essa explicação já contém uma semente do esclarecimento devido sua estrutura organizadora:

O mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar. Com o registro e a coleção dos mitos, essa tendência reforçou-se. Muito cedo deixaram de ser um relato, para se tornarem uma doutrina. Todo ritual inclui uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser influenciado pela magia. Esse elemento teórico do ritual tornou-se autônomo nas primeiras epopeias dos povos. Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob

o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 20).

No lugar de entenderem que o pensamento mítico se opõe ao racional, os nossos autores compreendem que a razão, que tenta erradicar os mitos, é a mesma que tem sua origem no interior destes mitos. É por essa razão que os autores enxergam na própria estrutura do mito o germe do pensamento técnico e científico que ganhará seus contornos mais evidentes na modernidade. Francis Bacon aparece como um marco fundamental desse desenvolvimento já que, para nossos autores, foi o filósofo que “capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18).

É por essa razão que o primeiro capítulo da *Dialética do Esclarecimento*, já em seu primeiro parágrafo, começa com uma longa citação de Bacon no interior da qual aparece a afirmação de que “a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvidas” e, um pouco mais a frente, no segundo parágrafo, os autores remetem à famosa frase de Bacon: “Poder e conhecimento são sinônimos”.²² Nesse sentido, Adorno e Horkheimer veem no pensamento baconiano a essência do conhecimento técnico-científico, isto é, a afirmação de um tipo de saber que deve permitir ao homem dominar a natureza.

A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. [...] O que importa não é aquela satisfação que, para os homens, se chama “verdade”, mas a “*operation*”, o procedimento eficaz (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18).

Dessa maneira, com o progresso técnico-científico, o conhecimento vai se tornando cada vez mais um procedimento eficiente para a dominação da natureza, uma busca por dados calculáveis e alcance de resultados eficazes. A denúncia que os autores fazem é a de que o ímpeto humano de busca pelo conhecimento se transformou num ímpeto cego de dominação. Para os autores, é o modo de produção capitalista que vai levar essa ambição pelo domínio da natureza da razão instrumental ao seu extremo. Assim, a razão esclarecida se torna um instrumento de dominação:

O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. [...] O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo,

²² A primeira afirmação está em uma das primeiras publicações de Bacon, de 1592, um pequeno texto intitulado *O elogio do conhecimento*, já a segunda é da sua obra mais famosa *Novum Organum* de 1620.

o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18).

Com o progresso técnico, o homem passa a acreditar que pode intervir e dominar a natureza, de maneira ilimitada e sempre que julgar necessário. Essa relação de conhecimento fundada numa relação de dominação reverbera não só no modo como a humanidade se relacionará com a natureza e com o mundo a sua volta, mas também nas suas próprias relações com os outros homens. Ao longo de toda a história da civilização isso foi evidente. Lembremos, sobretudo, dos processos colonizadores de diferentes povos indígenas nas Américas e da exportação dos negros escravizados da África para diferentes lugares do mundo desde o século XV, que simbolizou bem esse domínio do homem que não se apossa somente da natureza, mas do próprio homem.

Segundo Adorno e Horkheimer, a origem dessa relação do conhecimento técnico-científico com a dominação está no desejo de eliminação do diferente e do desconhecido. O diferente e o desconhecido são fontes geradoras de angústia e medo e, segundo a argumentação dos autores, a razão esclarecida se desenvolve justamente como uma forma de livrar os homens desses sentimentos.

Do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica. [...] Nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 26).

Se antes a relação do homem com a natureza era de submissão e medo, pois desconhecia a grandeza que se manifestava diante de si, agora, por meio de uma relação tornada instrumental, ele controla e manipula a natureza para tirar proveito dela, já que através do saber técnico-científico conhece as leis do seu funcionamento. O desenvolvimento da racionalidade esclarecida é entendido como uma luta, constante e sem precedentes, para dominar tudo aquilo que, para ele, ainda é desconhecido e lhe causa medo. Nesse sentido, “o esclarecimento se revelou como uma espécie de mecanismo de defesa diante da angústia do homem frente às potências do desconhecido” (ALMEIDA, 2016, p. 27).

O progresso do pensamento fora do mito para o esclarecimento, progresso questionável e questionado, não é desencadeado por um interesse desinteressado pelo conhecimento “enquanto tal”. Origina-se muito mais num sentimento básico, no

medo que acomete o frágil homem frente às forças da natureza e à violência social. O próprio pensar é desencadeado pelo medo. O saber enraíza-se nessa tensão entre medo e emancipação. – O problemático desse desenvolvimento do pensamento não se encontra, segundo Adorno e Horkheimer, nessa sua origem. Encontra-se na “solução” levantada para escapar ao medo. O saber que deve liberar do medo é definido como um poder no sentido forte de domínio: é só quando os homens se tornam “senhores” que eles conseguem ficar sem medo. Esse processo de dominação é cada vez mais amplo no decorrer da história [...] (GAGNEBIN, 2005b, p. 110-111).

Para eliminar todo diferente e desconhecido que era a fonte do medo, a solução da razão esclarecida passa pela objetificação da natureza e pela redução da multiplicidade das coisas do mundo ao princípio de identidade, o instrumento de dominação do esclarecimento é a igualdade: “O que seria diferente é igualado” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 23). Adorno e Horkheimer apontam que o princípio que move o esclarecimento é o da lógica, o da calculabilidade, do número, para que possa reduzir tudo que existe à igualdade e à identidade. Nesse sentido, tudo aquilo que é diferente, diverso e múltiplo em seus significados se torna algo a ser eliminado pela razão esclarecida: “O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 23). Somente os elementos que estão dentro das regras da calculabilidade científica se tornam dignos de existência.

De antemão, o esclarecimento só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa. [...] A multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria. [...] Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números, e por fim, ao uno, passa a ser ilusão (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 20).

Dessa forma, a realidade vai se convertendo em números e, à medida que a natureza vai sendo objetificada, se converterá em um mero objeto e servirá de base para uma relação de conhecimento que, na verdade, é uma relação de posse e dominação. Por isso a enfática afirmação de Adorno e Horkheimer (2006, p. 19): “O esclarecimento é totalitário”. O esclarecimento é totalitário na medida em que bloqueia e impede a possibilidade do diverso.

Poderíamos também dizer que a luz branca da razão, do esclarecimento, transforma-se na escura luz devoradora da onipotência: ao querer se livrar do medo pelo domínio total (e totalitário) sobre o real, a razão do esclarecimento não pode mais tolerar nada que lhe escapa, nem deuses, nem estrelas, nem sonhos. O esclarecimento precisa tudo controlar para se sentir seguro. Ao tentar isso, cai num processo de coerção tão ameaçador como o cego destino mítico (GAGNEBIN, 2005b, p. 111).

Nesse sentido, mais uma vez, ao descrever o mecanismo de dominação presente no esclarecimento, nossos autores identificam como o mito e o esclarecimento são condições de possibilidade um do outro e se relacionam dialeticamente: “Do mesmo modo que os mitos já levam a cabo o esclarecimento, assim também o esclarecimento fica cada vez mais enredado, a cada passo que dá, na mitologia” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 23). Toda essa ação compulsiva que, segundo nossos autores, está encrustada no esclarecimento, já estava presente também no pensamento mitológico.

Este princípio que na mitologia, como tentativa de aplacar a angústia diante do desconhecido, produz os deuses, manifesta-se de outra maneira no mundo esclarecido: a realidade reduzida à extensão é plenamente calculável, [...] essa angústia em tornar tudo conhecido e calculável constitui o elemento paranoico da razão esclarecida (PERIUS, 2016, p. 157).

Para Adorno e Horkheimer, o impulso do esclarecimento de, por meio da razão, querer destruir os mitos já era uma realidade presente no próprio mito, visto que ambos pretendiam dominar e compreender a natureza e suas manifestações. Desde os primórdios, antes mesmo da supremacia do conhecimento técnico-científico, o homem já acreditava ser possível interferir naquilo que lhe escapava o domínio. E isso não era de outro modo senão pelos mitos, conforme afirma Duarte quando diz que:

Uma das principais peculiaridades do tratamento dado por Horkheimer e Adorno ao tema da racionalidade é a ideia de que, muito antes de a poderosa ciência moderna se constituir como arma humana para a intervenção nos processos naturais, os homens já acreditavam intervir nesses últimos através de feitiço ou outras ações cientificamente não comprováveis (DUARTE, 2002, p. 21).

Da mesma maneira que os mitos já contém algo do esclarecimento, à medida que o tempo foi passando, e os grandes desenvolvimentos técnicos em nome de um progresso da razão foram se estruturando, os elementos do esclarecimento na mitologia também se tornaram cada vez mais perceptíveis e, não só isso, do próprio esclarecimento como um tipo de mitologia. Isto porque, segundo Adorno e Horkheimer, no processo que leva ao triunfo da racionalidade esclarecida, o pensamento perde sua capacidade de reflexão sobre si mesmo e elimina sua própria potência emancipadora.

O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. [...] seu sentido social, histórico, humano – toda a pretensão do conhecimento é abandonada. Ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente na negação determinante de cada dado imediato. Ora, ao invés disso, o formalismo matemático, cujo instrumento é o número, a figura mais abstrata do imediato, mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatidade.

O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução. Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 34).

3.2 A OBJETIFICAÇÃO DA NATUREZA E A DOMINAÇÃO

A superioridade humana é afirmada sobre uma natureza desencantada, a relação de conhecimento passa a ser uma relação de posse e dominação. Essa racionalização que o homem emprega, depende do processo de desencantamento da natureza. Dentro da modernidade, a ciência só caminha se houver o processo de desencantamento. Ele é a condição de possibilidade do saber técnico-científico. Nesse sentido, “pensando, os homens distanciam-se da natureza a fim de torná-la presente de modo a ser dominada” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 43).

A conquista do saber técnico-científico levou a humanidade a um domínio desenfreado da natureza. Na ciência, o homem é soberano, pois conhece as técnicas de domínio do ambiente. O saber do homem, e o poder que possui, são duas ações que se consolidam, porém há um preço que se paga por isso. Esse poder que o homem possui, aliado ao seu saber, não possui limites, e isso se reflete nos campos de batalha de concentração e na exploração desenfreada dos recursos naturais para suprir a expansão do sistema capitalista.

Tomar a natureza como mero objeto, uma relação instrumental na qual a natureza se torna apenas uma reserva de recursos naturais disponíveis para o uso, conduz a um processo que culminará na própria destruição do ideal emancipador do esclarecimento. A dominação da natureza conduz o homem a separar-se dela de forma radical, e dá ao poder, sua sede infinita de dominação, a característica de ser o princípio de todas as relações. Ela vai ser o modo do homem conhecer, que atinge seu ápice no desenvolvimento das técnicas e ciências modernas, mas que nossos autores identificam seus germes no interior do pensamento mitológico.

Quando tratamos da questão do domínio da natureza somos sempre remetidos aos episódios da vida de Ulisses, herói da *Odisséia*, e dos elementos que constituem e que marcam a formação do sujeito. A passagem do homem que tinha antes uma relação mimética com a natureza que lhe circunda, em busca de um sujeito emancipado, soberano

e que se guia unicamente à luz da razão. Quando falamos dos elementos esclarecedores presentes no mito, estamos falando da formação da relação entre sujeito e objeto.

Esse entrelaçamento entre mito e esclarecimento é fundamental para entendermos a questão da dominação da natureza. Ela traz à tona justamente a relação sujeito e objeto que é o resultado do mundo desencantado que o esclarecimento se empenhou em alcançar. A relação sujeito e objeto sempre se dará como dominação e isso é um problema na medida em que fecha os horizontes para a alteridade e para a existência do outro. “A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 24).

O esclarecimento transforma a razão em instrumento de dominação. Para tal feito, é necessário que o desencantamento do mundo possibilite uma total objetificação da natureza: “Não há nenhum ser no mundo que a ciência não possa penetrar, mas o que pode ser penetrado na ciência não é o ser” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 33). Desencantando o mundo, ele destrói o animismo²³ dos povos antigos: “desencantar o mundo é destruir o animismo” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18). O esclarecimento entende ser necessária sua total dissipação devido ao fato de compreender que os mitos são, conforme Perius explicita, “a projeção do subjetivo na natureza”. O animismo dessa forma, “não passa de uma projeção especular de espíritos e demônios na natureza, projeção esta de uma subjetividade que se deixa amedrontar na natureza, pelo natural” (PERIUS, 2016, p. 158).

O esclarecimento irá tentar eliminar todas as visões míticas acerca do homem e da natureza que lhe circunda para que, dessa forma, a dominação da natureza se torna mais eficaz. A ideia é reconduzir tudo a um princípio único, que é a própria subjetividade do homem. Quando se desencanta a natureza e tira-lhe todos os elementos anímicos, o que resta são as condições que irão contribuir para a dominação.

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-

²³ O animismo é um conceito utilizado para explicitar um traço comum detectado, pelos estudos antropológicos, em diversas sociedades e culturas antigas: refere-se à cosmovisão de mundo segundo a qual a essência espiritual não é compreendida como uma característica exclusiva da existência humana, e sim como um atributo partilhado também por entidades não-humanas, isto é, animais, plantas, objetos inanimados e fenômenos naturais. Foi cunhada e utilizada, durante muito tempo pela antropologia, para designar uma forma “primitiva” do pensamento humano.

los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para-ela*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 21).

Quando o sujeito assume uma posição que é superior a natureza que lhe circunda, naturalmente se compreenderá como um senhor dominador. Toda concepção epistemológica tem como pressuposto que se há um sujeito, então, deve haver um objeto que tem de ser dominado. O esclarecimento não dá abertura para que haja a relação sujeito-sujeito. Ele sempre vai lidar com a natureza enquanto objeto. E não somente isso, levará também essa relação de dominação para os outros sujeitos que estão a sua volta. Essa relação de dominação sujeito-sujeito ficou evidente para Adorno e Horkheimer em seu período histórico, pois vivenciaram o nazismo na Alemanha. A dominação da natureza, passando da posse das coisas, torna-se também posse dos homens. “A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem” (HORKHEIMER, 2015, p. 109).

O esclarecimento está sempre empenhado em fazer a distinção do sujeito em relação ao objeto. Na racionalidade esclarecida, o homem acredita ter se libertado das potências míticas da natureza, quando na verdade está repetindo o mesmo caráter que obedece ao mito: a autoconservação. Esse caráter é fundamental pois revela os vestígios do esclarecimento que se transformam em mito. Perseguindo o princípio de autoconservação que já havia nos mitos, o sujeito dissolve seu eu à medida que se distancia da natureza. O sujeito, libertado dos mitos, opõe sua consciência à natureza. Desse modo, com o homem cada vez mais distanciado de tal relação, de modo interno e externo, surge uma consciência que obedece a mesma fonte dos mitos, que é a autoconservação. Desse modo:

[...] o eu que persiste idêntico e que surge com a superação do sacrifício volta imediatamente a ser um ritual sacrificial duro, petrificado, que o homem se celebra para si mesmo opondo sua consciência ao contexto da natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 53).

O homem agora domina a si mesmo. Com essa posição tomada, ele revela-se como o meio pelo qual a dominação irá se tornar efetiva. Ele deveria ocupar o lugar da finalidade da razão esclarecida e não o meio pelo qual ela se efetiva.

O domínio do homem sobre si mesmo, em que se funda o seu ser, é sempre a destruição virtual do sujeito a serviço do qual ele ocorre; pois a substância dominada, oprimida e dissolvida pela autoconservação, nada mais é senão o ser vivo, cujas funções configuram, elas tão somente, as atividades da autoconservação, por conseguinte exatamente aquilo que na verdade devia ser conservado (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 54).

No pensamento dos povos antigos, o homem olha para as coisas ao seu redor enxergando-as como sujeitos. A distinção epistemológica entre sujeito e objeto ainda não acontecera. Na passagem da mitologia às ciências naturais, o homem se constitui como sujeito se apartando da natureza e transformando-a em objeto. Essa constituição do sujeito, em oposição à natureza objetificada, ficou disfarçada de uma intenção muito boa: sua emancipação e libertação do medo da natureza encantada que regia sua vida e comportamento, mas o que se vê de fato é que esse sujeito se torna objeto de seu próprio processo civilizatório. Assim, o sujeito “[...] se emancipou radicalmente da natureza, a própria natureza, irreconciliada e alienada de si mesma” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 43).

Dentro das críticas elaboradas por nossos autores, uma das questões que eles mais evidenciam é o papel fundamental que dominação da natureza teve para a vitória da racionalidade instrumental: “[...] a dominação interna e externa tornava-se o fim absoluto da vida” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 38). Com a relação homem e natureza cada vez mais fraca e reduzida aquilo que se enquadra nos princípios lógicos, o livre curso da dominação do sujeito se torna cada vez mais intenso e efetivo. O esclarecimento se torna a condição de possibilidade que faltava para afirmar tal ação. Podemos entender que o esclarecimento, se convertendo em mito, leva o sujeito para posição soberana de senhor. Sendo assim, “o fim dos deuses se reverte na adoração de um novo ídolo, o sujeito soberano, mestre de si mesmo, dono da natureza e senhor dos seus semelhantes” (GAGNEBIN, 2006b, p. 89).

Nesta relação sujeito e objeto, quanto mais o esclarecimento se desenvolve e triunfa, mais ele eleva o sujeito a uma posição plena de dominador. Nessa posição, o sujeito perde todas as características que o tornam verdadeiramente humano. Todas as características humanas do pensamento são tornadas mecânicas na racionalidade instrumental. Assim, a atitude do pensamento de pensar a si mesmo é diluída em um processo violento executado pelo próprio esclarecimento. O exercício da racionalidade esclarecida encerra em si mesmo a possibilidade de pensar o outro, desumaniza o próprio

pensamento. O funcionamento mecânico, tal qual o das máquinas, é assumido pelos homens. O seu próprio pensamento é mecanizado e transformado em coisa, coisificado.

O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento [...] O procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento. [...] ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 33).

Nessa passagem os autores aludem ao conceito de reificação²⁴ de György Lukács, que foi trabalhado, também, por muitos dos pensadores associados à Teoria Crítica, entre eles os próprios Adorno e Horkheimer. O filósofo húngaro aponta a reificação da consciência como uma forma particular de alienação do capitalismo e descreve o processo de coisificação das relações sociais, de modo que sua natureza passa a ser expressa através de relações entre objetos de troca. Será precisamente esse processo de coisificação do pensamento, denunciado por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, que investigaremos a seguir.

3.3 A COISIFICAÇÃO DO PENSAMENTO E O CORPO

O domínio da natureza cobra dos homens, cada vez mais, um domínio de si e uma rigidez, que em nada contribui para a constituição sadia da sua singularidade em relação ao outro e ao que lhe circunda. Por estar imerso em uma razão instrumental, que perdeu a capacidade reflexiva sobre si mesma, ele estará voltado sempre para as tendências totalitárias que estão presentes no esclarecimento, e que adestram a consciência deste indivíduo e limita as capacidades de seu pensar.

Segundo Adorno e Horkheimer, esse entrelaçamento torna-se justificável uma vez que o mundo administrado se encontra imbuído pelo predomínio unilateral, voltado ao instrumental assim como a manifestação de tendências totalitárias que impõem aos indivíduos uma espécie de 'adestramento' da consciência, o que acaba por desenvolver uma série de limitações que restringem as suas capacidades (ALMEIDA, 2016, p. 53).

²⁴ O processo reificação da consciência, elaborado por Lukács, foi desenvolvido em sua obra *História e consciência de classe* de 1923, e foi pensado pelo filósofo a partir dos conceitos de alienação da consciência e fetichismo da mercadoria de Marx.

A expressão “mundo administrado” passa a ser utilizada, tanto por Adorno quanto por Horkheimer, para designar a forma avançada do capitalismo que viram consolidada no mundo, sobretudo depois do fim da Segunda Guerra Mundial.²⁵ Os autores preferem chamar o capitalismo avançado de “capitalismo administrado” ou “mundo administrado” para se referirem àquilo que se tornou largamente conhecido como capitalismo financeiro ou monopolista. Para os autores, essa forma nova forma expandida e avançada do capitalismo ampliou, ainda mais, a capacidade de administração de todos os aspectos da vida do indivíduo. No âmbito social, a ampliação da submissão e passividade dos indivíduos à organização e à estrutura imposta pelo sistema econômico capitalista, acarreta uma generalizada massificação dos indivíduos.

A regressão das massas, de que hoje se fala, nada mais é senão a incapacidade de poder ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de poder tocar o intocado com as próprias mãos: a nova forma de ofuscamento que vem substituir as formas míticas superadas. Pela mediação da sociedade total, que engloba todas as relações e emoções, os homens se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 41).

Qualquer impulso que brote dos sentimentos humanos não possui espaço no esclarecimento. O que esse pensamento racional quer é elevar a razão, e aqui a instrumental, como o ápice do desenvolvimento humano e garantir sua permanência na consciência dos homens. A técnica se torna o único mecanismo por meio do qual o homem pode garantir um pensamento verdadeiro. Dessa forma, fecha-se ao homem todas as possibilidades de lidar genuinamente consigo mesmo e com seus sentimentos.

Adorno e Horkheimer identificaram que, dentro das relações humanas, o impulso de dominação presente e sua intensificação, levou ao controle de poucos sobre grupos maiores. A cada vez que essas relações de dominação se estabelecem, elas ganham mais corpo e garantem sua permanência na sociedade.

A naturalização dos homens hoje não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes

²⁵ O uso dessa expressão pelos autores é posterior à escrita da *Dialética do Esclarecimento*. Como sabemos a obra foi escrita ainda durante o período da Segunda Guerra Mundial. Por essa razão a expressão “mundo administrado” não aparece no corpo da obra, aparece, porém, duas vezes nas duas páginas do segundo prefácio escrito pelos autores em 1969 (cf. ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 9-11).

elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 14).

No entanto, o que o homem não percebe é que ele próprio começa a se tornar objeto de sua própria dominação. “Quanto mais intensa for a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão quaisquer traços genuinamente individuais e mais sua mente será transformada em um autômato da razão formalizada” (HORKHEIMER, 2015, p. 145). Os conhecimentos, que são estruturados nas bases da dominação, levam o indivíduo a submeter sua consciência e seu próprio corpo à categoria de objetos dominados.

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 35).

O conceito de coisificação nos abre algumas janelas pelas quais podemos vislumbrar o advento dos regimes totalitários presenciados pelos autores na Alemanha, ou a indústria cultural como fenômeno presenciado por eles no exílio nos Estados Unidos. Uma consciência que foi tornada objeto se iguala às coisas. E deseja passar essa mesma igualação às outras consciências dos sujeitos. Almeida (2016, p. 56) evidencia que, para Adorno e Horkheimer, a consciência coisificada, fruto da racionalidade esclarecida, é aquela que, diante de qualquer situação que mostre a vulnerabilidade do sujeito, vai criar mecanismos de dominação para uniformizar aquilo que antes possuía pluralidade. Para nossos autores, há um perigo sempre em voga em todos os movimentos de massa, pois neles os indivíduos se desfazem assumindo a forma de algo que não tem forma, amorfa. É por isso que os autores identificam um germe totalitário no esclarecimento: ele não permite que nada de diferente circule ao seu redor.

A consciência coisificada age com os indivíduos com o intuito de despertar atitudes pragmáticas. Numa hierarquia de poder dentro da sociedade, todo aquele que for tomado pela consciência coisificada se torna objeto. Com o triunfo da razão instrumental e o reforço do pensamento positivista, aquilo que não entrar nos cálculos de eficácia, mesmo se tratando de seres humanos, será descartado e eliminado como mero objeto.

A substituição, nas objetivações humanas, do reconhecimento pela negação, pela fragmentação e pelo isolamento, resulta no embrutecimento humano. Nessa

medida, o processo de individuação do homem, a construção do indivíduo como ser consciente de sua própria individualidade, passa a ser constituído pela individualização exacerbada (BASTOS, 2007, p. 208).

A ausência de um viés crítico é o que empobrece o pensamento dos indivíduos no mundo. A possibilidade de um pensamento reflexivo é dissolvida no interior de um pensamento mecanizado: “Com o abandono do pensamento – que, em sua figura coisificada como matemática, máquina, organização, se vinga dos homens dele esquecidos –, o esclarecimento abdicou de sua própria realização” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 45). Dentro da faculdade da razão, o esclarecimento ocupa o lugar daquele que segue, de maneira desenfreada, o impulso da dominação. O sujeito ficou reduzido pelo esclarecimento a ocupar o lugar da abstração e da racionalização. O processo de análise da razão consiste em pegar um objeto, decompô-lo, analisá-lo, tirá-lo de sua totalidade e o transformar em algo inanimado. Além de ter levado isto à natureza, a fúria da coisificação alcançou até mesmo os homens: “Também este foi submetido a um processo de coisificação, de alienação que distinguiu a sua existência de sua realidade e o transformou em um objeto de dominação” (SORIA, 2008, p. 36).

Esse processo de coisificação do homem o influencia nas suas relações com o seu corpo e o com o corpo do outro. O impulso de dominação, que sempre foi praticado pelos homens na sua relação com a natureza, lidera também agora a relação que o homem tem com o seu próprio corpo. Segundo os filósofos, essas transformações do corpo em objeto foram acontecendo de maneira progressiva ao longo do desenvolvimento da civilização. Elas acompanham a divisão do trabalho que separa e hierarquiza as atividades intelectuais e as atividades físicas. Nesse sentido, “ao longo da história, a associação entre a maldade contra o corpo e a salvação da alma tornou-se bastante complexa” (SORIA, 2008, p. 37).

A separação do trabalho entre físico e intelectual reforçou cada vez mais a separação entre corpo e alma. O corpo foi tomado como meio para a maldade e o espírito como a fonte da bondade. Essa divisão criou um estado de hierarquia entre os que ficaram com o corpo e aqueles que ficaram com o espírito. Aqueles que ficaram atrelados ao corpo, ficaram com a função do trabalho e do sofrimento físico, e os que se dedicavam ao cultivo do espírito ficaram com a atividade intelectual e a fruição das artes, como falamos no capítulo anterior a partir das leituras interpretativas que Adorno e Horkheimer fizeram da *Odisséia*. Dessa forma, a espécie “superior” consegue dominar a “inferior” e estabelecer a divisão social:

Para Adorno e Horkheimer, a divisão social do trabalho separa a humanidade em duas diferentes “espécies”: os inferiores e os superiores. Ao se confiar produção e consumo a indivíduos distintos, determinou-se a estrutura social de acordo com a atividade de cada um. Os superiores passaram a viver da exploração da força física e da dominação dos inferiores, na medida em que semeavam a repugnância à vida (SORIA, 2008, p. 37).

Por mais que tente, o indivíduo se vê limitado em face dos poderes que o sistema econômico lhe impõe. Os indivíduos, que estão com suas consciências coisificadas, são tomados pela aceitação passiva da ordem das coisas existentes. Ele não só fica impossibilitado de cultivar o espírito, mas tem sua atividade produtiva, as suas relações sociais e a si próprio, igualada aos produtos que circulam na sociedade. Dessa forma, o caráter de plasticidade do homem se torna fixo e repetível.

Esse ódio pelo corpo sempre foi disseminado por uma falsa aparência de admiração e cuidado com o mesmo. O que as alimentava é o fato de que transformaram o que era vivo em objeto morto. Ou seja, a antiga unidade corpo-alma é agora transformada em algo reificado, odiado, corpo físico. Esse amor-ódio ao corpo pode ser percebido nas propagandas. O que elas conseguem fazer é mostrar uma imagem idealizada de corpo e de saúde que faz com que matemos o que verdadeiramente é vivo em nós, em nome daquilo que seria o ideal de um corpo, ou comportamento perfeito. O que está sendo exaltado nas propagandas não é o corpo belo e sadio, mas “algo oposto ao desejo recalcado de aniquilamento do corpo” (SORIA, 2008, p. 38).

O passeio no parque se transforma em caminhada para perder peso, o desfrutar dos alimentos se torna uma eleição entre aquilo que tem menos ou mais calorias, e isso tudo influenciado pelo efeito das propagandas. Eles não se interessam pelo corpo vivo, mas o que eles desejam é um corpo físico que possa se tornar matéria de dominação para a venda de produtos. Assim, “a natureza desqualificada torna-se a matéria caótica para uma simples classificação, e o eu todo-poderoso torna-se o mero ter, a identidade abstrata” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 22).

Esta contradição que os autores perceberam na relação de amor e ódio ao corpo revela também um outro lado da história do homem moderno, a saber, a relação de dominação que o homem impõe ao corpo. Almeida (2016, p. 54-55) nos aponta que Adorno e Horkheimer compreendem que todas as vezes que as capacidades de elaborar um pensamento emancipado forem ameaçadas isso se refletirá no corpo. Ao final da obra *Dialética do Esclarecimento* existe um ensaio intitulado *O interesse pelo corpo* no qual os

autores elaboram essas questões relacionadas ao corpo, em conjunto com uma reflexão sobre o fascismo.

Se ao longo do processo histórico nos esforçamos tanto para dominar o corpo, de maneira quase que velada, ele é quem domina o homem. “Toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza. Tal foi o rumo tomado pela civilização europeia” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 24). Os autores percebem indícios disso na própria história da humana e é na modernidade que ela atinge o seu máximo.

A transformação do sujeito e do mundo em “coisas” (que é o que está envolvido no substantivo “reificação”) traz para Adorno a consequência filosófica de que tal concepção oblitera a possibilidade de se pensar, tanto o sujeito, quanto o objeto, como contendo em si mesmos, como algo inerente a eles, o que os levaria a serem melhores do que são [...] (FREITAS, 2014, p. 38).

Aquela antiga unidade que o homem tinha em relação ao seu trabalho, e as habilidades que desenvolvia enquanto o realizava, são perdidas pelo extenso processo de mecanização. Neste modelo industrial, ele acompanha somente uma parte de sua produção, e quando vê o produto de seu trabalho, ele já não se reconhece nela. Esse mesmo processo acontece com o corpo. Ele se transforma agora em um dos produtos de consumo. As propagandas influenciam no fato de venderem uma imagem ideológica do homem. Os cosméticos, bem como o modelo de corpo sadio e perfeito, transmitem uma imagem daquilo que o homem não é. Esse objeto ideológico criado, se torna autônomo e dominador:

A ascensão do poder totalitário, a terrível humilhação nos campos de concentração, a exaltação exagerada de um ideal de beleza física fascista pela propaganda de cosméticos são apenas reações contra a servidão do homem ao corpo (SORIA, 2008, p. 40).

Todos esses movimentos que marcaram um comportamento de regressão na humanidade, evidenciam um fato específico de nossa história, a constante perseguição que fazemos ao objeto dominado. Quando é feita a cisão do espírito com o corpo, acontece uma atração por este objeto que é dominado pelo próprio homem. Isso é um marco na história da civilização. Quanto mais se busca essa unidade que foi perdida, mais os homens se destroem e são destruídos por ela. Mais uma vez somos redirecionados para o conceito de pulsão de morte de Freud.

O cultivo de um pensamento racional foi o que o esclarecimento perseguiu, desde a antiguidade, quando estava entregue aos modelos míticos de resposta aos fenômenos naturais. Porém, por conta de o esclarecimento conter dentro de si o germe de regressão que lhe é inerente, sempre se enveredou para o lado da dominação e da coisificação da natureza interna e externa, caindo assim sempre em novas formas de barbárie: “A dominação universal da natureza volta-se contra o próprio sujeito pensante [...] Sujeito e objeto tornam-se ambos nulos” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 33).

O homem separa-se da natureza, interna e externa, e torna-se irremediavelmente cindido. Os autores acreditam que a unidade originária que havia entre o homem e a natureza, entre o corpo físico e o corpo vivo, não voltará mais, porém se emprenham em desvendar esse caráter regressivo que está contido no esclarecimento. A antiga unidade perdida com a natureza é que serve como motor para todo esse processo de reificação, coisificação e dominação da natureza. Como já abordamos, é em Freud que os autores encontram bases que possam fundamentar a explicação da separação do sujeito em relação à natureza. Estabelece-se aqui uma relação de amor-ódio pelo corpo. “As obras da civilização são o produto da sublimação,²⁶ desse amor-ódio adquirido pelo corpo e pela terra, dos quais a dominação arrancou todos os homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 193).

Essa relação amor-ódio com o corpo, de acordo as leituras dos autores a partir das teorias de Freud, se explica pelo processo que o homem passa para construir civilização, cultura, família, trabalho e etc. Em nome da criação destas estruturas, ele deve esquecer, odiar, reprimir, recalcar aquilo que o faz lembrar de si mesmo apenas como um corpo vivo e parte da natureza. Porém, ao mesmo tempo que ele é ensinado e reforçado a estabelecer uma relação de ódio contra seu corpo, não deixa de ser atraído de modo irresistível por ele. “Todos perseguem a unidade perdida, contudo, quanto mais tentam agarrá-la, mais longe estão dela: mais a aniquilam e são aniquilados por ela” (SORIA, 2008, p. 40).

Nesse sentido, o progresso da civilização se torna violento devido ao fato de que progredir sempre trará à tona aquele impulso originário que o homem teve de eliminar em

²⁶ Nessa passagem, mais uma vez, vemos o uso de um conceito freudiano. O conceito de sublimação, apesar de sua importância para a psicanálise, foi desenvolvido por Freud de forma esparsa ao longo da sua obra, em diversos textos que tratavam de outras temáticas, de modo que não há um texto dedicado especificamente à questão. De modo geral, a sublimação refere-se ao processo psíquico por meio do qual pulsão erótica, devido a plasticidade dos instintos sexuais, desvia da satisfação sexual em direção à transformação dessa pulsão em algo de maior valor social, produzindo ações e comportamentos socialmente aceitáveis. Nesse sentido, é importante notar que a sublimação, para Freud, está associada ao desenvolvimento civilizacional e cultural, na medida em que possibilita atividades científicas, artísticas e etc.

relação àquilo que o constituía como vivo e como parte integrante da natureza. O esclarecimento persegue, e quer manter sempre viva, a reafirmação de que somos separados da natureza e do caráter mítico que ela contém. Assim, a natureza deve ser dominada e superada a todo custo, em nome do progresso.

Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso caminho abordando uma fundamentação histórica que proporcionou as bases necessárias para a escrita da *Dialética do esclarecimento*. Essa obra gerou grandes repercussões no ambiente filosófico desde sua primeira publicação em 1944 com publicação final em 1947. Nela, Adorno e Horkheimer expõem conceitos que se tornaram basilares não só para a filosofia contemporânea, como também para os demais campos das ciências humanas e sociais. Suas análises pioneiras sobre a indústria cultural e sobre o antissemitismo, presentes nessa obra, foram fundamentais para a compreensão da sociedade em que viveram e ressoam sendo discutidas e analisadas até os nossos tempos.

O lugar de ação de todo esse pensamento e conceitos que abordamos nesta pesquisa foi o Instituto de Pesquisa Social, denominado por volta da década de 50, como “Escola de Frankfurt”. Foi com a ajuda de um dos integrantes deste grupo, Felix Weil, que o Instituto foi inaugurado em 1923. A situação política da Alemanha impulsionou para que estes pensadores de esquerda se reunissem em torno das obras de Karl Marx para elaborar uma nova teoria social e crítica da realidade. Com o tempo, esse grupo de filósofos, entre eles Max Horkheimer, Theodor Adorno, Hebert Marcuse, Erich Fromm e Walter Benjamin, elaboraram diversas críticas, pesquisas e análises, bem como conceitos que foram importantes para entender a realidade social, marcada pelos regimes totalitários, sobretudo o nazismo e o fascismo.

O objetivo de nossa pesquisa foi, a partir de uma investigação do primeiro capítulo da *Dialética do Esclarecimento*, abordar como os autores concebem o conceito de esclarecimento e como dentro dele estão contidos os demais conceitos que abordamos ao longo da pesquisa. Destacamos que o esclarecimento, do modo como foi conceituado pelos autores, muito mais que iluminar a razão humana, se converteu em um novo tipo de mitologia e se viu cada vez mais escurecido à medida que os regimes totalitários se instalaram na modernidade, levando-a a um retrocesso irrefreável. Nesta pesquisa procuramos explicar a tese elementar de nossos autores que é precisamente essa relação dialética entre mito e esclarecimento.

Procuramos mostrar, ao longo da pesquisa, que o projeto crítico da *Dialética do Esclarecimento* consiste em demonstrar a tese de que a razão esclarecida, e as instituições fundadas a partir dela, contém o germe da regressão da humanidade civilizada. De fato,

essa tese carrega uma postura eminentemente crítica e pessimista frente aos progressos da humanidade e aos avanços da nossa civilização. Ao longo de toda a *Dialética do Esclarecimento*, certamente os autores não encerram as questões problematizadas que aparecem na obra, e nem se atém a dar soluções ou apontar os caminhos possíveis como saídas para os problemas detectados. Muito de seus leitores enxergaram nisso um pessimismo exacerbado e um tipo de pensamento paralisante de tão desolador. Procuramos, ao longo do trabalho, explicitar que essas contestações presentes na obra devem ser lidas dentro do contexto histórico de sua produção: são frutos de uma época que presenciava diante de si um dos mais terríveis acontecimentos da história da humanidade.

No desenrolar da pesquisa, procuramos evidenciar, também, o fato de que Adorno e Horkheimer não abandonam a filosofia e nem se tornam aversivos a ela, pelo contrário, apoiados nas bases do programa do “materialismo interdisciplinar” elaborado por Horkheimer, eles criticam a forma como a filosofia tradicional se estruturava com seus conceitos abstratos e positivistas, na tentativa resgatar a potência crítica e emancipadora do pensamento filosófico. Uma das características desse programa é a proposta de um trabalho verdadeiramente conjunto da filosofia com outras áreas das ciências humanas como a psicologia, história, sociologia, antropologia e economia. A postura crítica dos autores com relação à tradição do pensamento filosófico e ao sistema filosófico de forma nenhuma atesta que eles fossem contrários à filosofia ou à racionalidade ou fossem a favor de um irracionalismo.

É justamente pelo fato de entenderem a importância de um pensamento filosófico verdadeiramente esclarecido e emancipador, que eles se empenharam tão severamente nas diversas críticas que fizeram à filosofia e à razão esclarecida. E, para esses autores, isso só será possível se a razão sair de seu funcionamento meramente instrumental, isto é, se fizer o movimento de crítica sobre si mesma. Todas as vezes que ficamos muito certos e confiantes de alguma coisa, corremos um grande risco de perdemos a nossa capacidade crítica sobre nós mesmos. Foi justamente isso que aconteceu com a razão: ela ficou muito certa do seu caminho triunfante ao longo da história. Ela ficou muito certa de si mesma, isto é, teve muita certeza de que estava caminhando no sentido do progresso, quando na verdade caminhava no seu sentido oposto: rumo a novas espécies de barbárie e formas de regressão. O movimento próprio da crítica, e foi o que esses autores executaram na sua obra, ajuda a identificar esse movimento dialético.

A escrita de Adorno e Horkheimer, bem como dos outros pensadores associados à escola de Frankfurt, tem a característica principal de ser uma escrita constelar, na qual os conceitos são elaborados em uma constelação, se relacionam dialeticamente entre si, e não de modo linear ou hierárquico. Nossos autores não seguem uma estrutura de pensamento sistemática, elaboram o pensamento filosófico no interior de uma escrita ensaística e fragmentária. Isto, porém, não tira de suas obras o rigor necessário à reflexão filosófica. Dizemos isto pois conceitos, que foram abordados ao longo da pesquisa, como teoria crítica, razão instrumental, dominação da natureza, sujeito e objeto, mito e esclarecimento, entre outros, se complementam e se explicam.

Para a fundamentação desta pesquisa foi importante o aporte teórico de alguns comentadores dos filósofos frankfurtianos. Entre os comentadores utilizados no trabalho, destacamos Rodrigo Duarte, Marcos Nobre, Bárbara Freitag, Jeanne Marie Gagnebin e Guido de Almeida, este último o tradutor da obra *Dialética do Esclarecimento* em português. Esse conjunto de comentadores carrega consigo uma característica que gostaríamos aqui de mencionar: todos fazem parte da tradição de recepção do pensamento frankfurtiano desenvolvida em solo brasileiro. Sempre houve na academia brasileira um interesse muito grande pelo pensamento da Escola de Frankfurt e isso consolidou uma produção acadêmica e uma tradição de comentadores consolidada e bastante reconhecida mundo a fora.

Na atualidade estamos vivenciando um crescimento considerável de manifestações neofascistas e de movimentos ligados à extrema direita em diferentes países. Estamos diante de uma atualidade que, mais uma vez, se vê perplexa diante do aparecimento de novas formas de totalitarismos no interior dos regimes democráticos ao redor do mundo. Por conta desse cenário político inquietante do tempo presente, está havendo um interesse renovado, e cada vez maior, nas obras de Adorno e Horkheimer, justamente porque produziram obras, e aqui também a *Dialética do esclarecimento* que foi a abordada nesta pesquisa monográfica, nas quais tentaram compreender, filosófica e teoricamente, os totalitarismos e como eles se dão no interior das sociedades. Desse modo, cada vez mais estudiosos de diversas áreas se mostram interessados nos escritos destes filósofos, para assim ajudá-los a tentar compreender as demandas desses movimentos políticos na atualidade, como eles se estabelecem e se renovam.

Ainda hoje a pergunta que os autores se propõem a entender na *Dialética do Esclarecimento*, que é o porquê de a humanidade, mesmo tendo todas as possibilidades

de entrar em um estado emancipatório, continua regredindo a novas formas de barbárie, permanece profundamente atual. O homem utilizando da razão para obter fins, nos processos de trabalho e produção, nunca deixou de se revelar o sujeito que necessita do poder para dominar. Para isso, escondido atrás da máscara do avanço técnico-científico, tira de seu caminho qualquer obstáculo que lhe pareça um impedimento. A questão da dominação desenfreada da natureza, desenvolvida por Adorno e Horkheimer, ganha contornos ainda mais contundentes na atualidade, no momento em que as consequências da devastação ambiental e os impactos das mudanças climáticas se fazem cada vez mais presentes. Mesmo diante desse cenário devastador, a humanidade fecha os olhos, cerra os ouvidos e cala a boca, não é capaz ainda de encarar os rastros de destruição deixados pela instrumentalização da razão no interior de uma civilização autodestrutiva. Os raios de sol da razão verdadeiramente esclarecida só se transformarão em luz visível se a humanidade for capaz de realizar o movimento crítico sobre si mesma e confrontar tudo aquilo que estamos sendo capazes de fazer conosco e com o mundo ao nosso redor.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. A atualidade da filosofia. Tradução de Bruno Bucci. **Primeira Versão**, Porto Velho, Ano IV, n. 195, p. 1-12, 2005.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialektik der Aufklärung**: Philosophische Fragmente. Frankfurt: Fischer Verlag, 2000.

ALMEIDA, Guido de. Nota preliminar do tradutor. In: **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ALMEIDA, Jacqueline de. **Theodor W. Adorno e a mimesis na experiência histórica da subjetividade**: da dominação à reconciliação. Ouro Preto, 2016. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia). Núcleo de Pesquisas em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

BASTOS, Luciene Maria. Subjetividade e coisificação: um estudo introdutório. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 203-218, 2007.

CAMPOS, Ítalo. Uma análise do capítulo “O conceito de esclarecimento” da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 293-301, 2021.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998.

DAMIÃO, Carla. O eclipse da razão segundo Horkheimer. **Especiaria**: Cadernos de Ciências Humanas, Ilhéus, v. 13, n. 24, p. 103-115, 2013.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/ Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DUARTE, Rodrigo. O “desencantamento do mundo” na *Dialética do Esclarecimento*. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, Volume Especial, p. 50-67, 2005.

DURÃO, Fábio. Três idéias para a validade da *Dialética do Esclarecimento* 60 anos depois. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 7, p. 13-20, 2009.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica, ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREITAS, Verlaine. Saber, abstração e poder na *Dialética do Esclarecimento*: um comentário crítico. **Veritas**, Porto Alegre, v. 59, n. 2, p. 20-45, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Homero e a *Dialética do Esclarecimento*. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006a. p. 29-48.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006b. p. 83-96.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005a. p. 81-106.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de razão em Adorno. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005b. p. 105-120.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. Tradução de Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: **Coleção Os Pensadores**. V. XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-161.

MELO, Caio. A recepção do conceito de *Aufklärung* kantiano na *Dialética do Esclarecimento*. **Pólemos**, Brasília, v. 08, p. 292-306, 2019.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PERIUS, Oneide. Sobre o projeto de uma dialética do esclarecimento. In: VILLAS BÔAS, João Paulo; FARHI NETO, Leon; PERIUS, Oneide (Orgs.). **Filosofia em debate**: questões de ética, educação e política. Florianópolis: NéfipOnline, 2016. p. 149-170.

REPA, Luís Sérgio. Max Horkheimer: Teoria crítica e materialismo interdisciplinar. **Revista Mente, Cérebro & Filosofia**, São Paulo, n. 7, p. 7-15, 2008a.

REPA, Luís Sérgio. A crise da Teoria crítica: razão instrumental e declínio do indivíduo. **Revista Mente, Cérebro & Filosofia**, São Paulo, n. 7, p. 16-24, 2008b.

SORIA, Ana Carolina Soliva. *Dialética do Esclarecimento*: a mortificação do homem. **Revista Mente, Cérebro & Filosofia**, São Paulo, n. 7, p. 34-41, 2008.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: **Três tipos de poder e outros escritos**. Tradução de Artur Morão. Tribuna da História: Lisboa, 2005. p. 1-34.

WIGGERSHAUS, R. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Tradução de Lilyane Deroche-Gurce e Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. In: Obras completas. Volume 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 120-178.

FREUD, Sigmund. **A repressão**. In: Obras Completas. Volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 61-112.

PRADO, Adélia. **Bagagem**. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 17

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência Machado de Assis & Joaquim Nabuco**. Organização de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2003.

BARBOSA, Benedito Ruy. Autores: **Histórias da teledramaturgia**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.